

Depois do 25 de Abril e do 1.º de Maio

SITUAÇÃO POLÍTICA ENTRA NUM PERÍODO DE CRUCIAL IMPORTÂNCIA

1. Depois das grandiosas comemorações populares do 25 de Abril, os desfiles, concentrações e manifestações do 1.º de Maio, ontem realizados em todo o País e com particular destaque para os de Lisboa e Porto, constituem a maior celebração do Dia dos Trabalhadores realizada desde 1974.

2. Pela sua extraordinária e vibrante expressão de massas, pelo vastíssimo conjunto de realizações e iniciativas que englobaram, pelo entusiasmo, combatividade e determinação de luta que evidenciaram, as Jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio constituíram importantíssimos acontecimentos políticos que, confirmando o reforço dos sentimentos unitários entre os trabalhadores e as forças democráticas, reflectem uma esmagadora condenação do Governo PS-PSD e da sua desastrosa política, abrindo novas perspectivas para a evolução da situação nacional.

3. O PCP saúda calorosamente todos os trabalhadores, todos os democratas e patriotas, todos os portugueses e portuguesas que nestas Jornadas uniram a sua voz e a sua vontade, o seu protesto e a sua esperança numa grandiosa afirmação nacional da luta popular e democrática em defesa dos interesses vitais do povo trabalhador, das conquistas de Abril e do regime democrático, por uma nova política e um novo governo ao serviço do povo e do País.

4. As comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril e a Jornada do 1.º de Maio representam monumentais derrotas políticas para o Governo PS-PSD, testemunham o seu profundo enfraquecimento e isolamento no quadro de uma rápida mudança da correlação de forças que se caracteriza pelo crescente alargamento da base política e social de apoio a uma alternativa democrática ao Governo PS-PSD e à política de direita.

5. Com as exaltantes Jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, que se inserem no impetuoso desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, a situação política nacional entra num período de crucial importância.

Estão criadas as condições para, com a continuação e desenvolvimento da luta de massas em todas as frentes, com uma sólida e inabalável confiança na eficácia e nos resultados da luta dos trabalhadores e do movimento popular, fazer frente com êxito à ofensiva destruidora do Governo PS-PSD, impor-lhe recuos substanciais nas medidas brutalmente gravosas que tem em preparação — designadamente novos aumentos de preços e liquidação de direitos e regalias dos trabalhadores —, impedindo-o de consumir mais crimes contra a economia e os interesses nacionais e preparando assim a derrota final da política de desastre e miséria e a demissão do governo PS-PSD.

Estão também criadas as condições fundamentais para que, acompanhando as aspirações populares e correspondendo aos interesses nacionais, se verifiquem progressos decisivos na unidade e acção comum ou convergente das forças e sectores democráticos e patrióticos, com vista à construção e viabilização de uma alternativa democrática.

6. A demissão do Governo PS-PSD e a formação de um governo democrático constituem, reconhecidamente, um premente imperativo de verdadeira salvação nacional.

As Jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio são, por si sós, uma eloquente demonstração de que existem na sociedade portuguesa as energias, as forças, a capacidade e a vontade para, no caminho aberto pela Revolução de Abril, dar solução aos gravíssimos problemas nacionais, com a consolidação das conquistas populares e do regime democrático consagrado na Constituição, com a salvaguarda da independência nacional.

7. Com o confiante prosseguimento da luta popular, com uma mais sólida unidade e uma mais decidida iniciativa política de todas as forças e sectores democráticos, o Governo PS-PSD caminha para a derrota certa e aproximar-se-á o momento de uma viragem democrática na vida nacional.

8. Tendo em conta a grande vitória política e a rica experiência das recentes Jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, a Comissão Política do CC do PCP faz um apelo aos trabalhadores, aos democratas, aos patriotas, a todos os portugueses e portuguesas para que reforcem a cooperação e a organização e se unam na luta, que continua, pela urgente demissão do Governo PS-PSD e pela formação de um governo com uma política capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os graves problemas nacionais.

2.5.84



A realização da Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central constitui uma frontal condenação da política agressiva da administração Reagan e uma importante afirmação de solidariedade com a luta dos povos da Nicarágua e dos outros países da América Central

SOLIDARIEDADE COM A NICARÁGUA

Pág. 8

Suplemento /



POLÍTICA ENERGÉTICA EM PORTUGAL



No próximo sábado, no Anfiteatro I da Faculdade de Letras de Lisboa, realiza-se o seminário sobre problemas de energia em Portugal promovido pela Comissão Política do CC do PCP

Pág. 2

Grupo Parlamentar do PCP anuncia três projectos de lei para solucionar problemas da juventude

Pág. 3

SEMANA

2
Quarta-feira



Joaquim Agostinho

O ciclista Joaquim Agostinho sofre uma queda grave na «Volta ao Algarve», ficando internado em estado de coma no Hospital da CUF em Lisboa; os médicos não prevêem nenhuma possibilidade de recuperação do atleta. ■ Falando na sessão inaugural do seminário «25 de Abril — 10 anos depois», na Gulbenkian, integrado nas comemorações promovidas pela Associação Popular das Comemorações demonstrou «a vontade indeclinável do Povo português em defender Abril, o seu Abril, não permitindo que o mascarem». ■ Na sequência do assassinato do ministro da Justiça, Rodrigo Bonilla, o governo colombiano decreta o estado de sítio em todo o país e um vasto conjunto de medidas restritivas. ■ O primeiro-ministro italiano Bettino Craxi chega a Lisboa para uma visita oficial de dois dias a convite de Mário Soares.

3
Quinta-feira

São absolvidos os 48 representantes dos trabalhadores do distrito de Setúbal, presos à porta da residência oficial do 1.º Ministro, na 4.ª e última sessão do julgamento no Tribunal de Polícia. ■ Começa em Lisboa a Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central. ■ A Frente Polisário anuncia que 300 militares marroquinos foram mortos, dezenas de outros feridos e diverso material de guerra destruído num combate ocorrido a 27 de Abril no Saara Ocidental. ■ O papa João Paulo II assiste em Seul a uma carga de polícia contra estudantes no primeiro dia da sua visita à Coreia do Sul. ■ Anuncia-se em Manágua que três portos da Nicarágua, no Golfo de Fonseca e na Costa do Pacífico, foram bombardeados por morteiros disparados do mar de bordo de vedetas rápidas. ■ O ditador brasileiro, general João Figueiredo, suspendeu na quarta-feira as medidas de emergência que vigoraram durante duas semanas para, segundo a imprensa brasileira, diminuir a pressão política interna.

4
Sexta-feira



«Agradecimentos» a Craxi

Mário Soares, durante uma conferência de imprensa, agradece em nome do «seu Governo» a Bettino Craxi, primeiro-ministro de Itália, a «coragem» do governo italiano ao permitir a instalação no seu país dos euromissões. ■ A CGTP-IN reclama a revogação do novo regime de inscrições dos trabalhadores por conta de outrem na Segurança Social, por considerar o novo diploma lesivo dos interesses dos trabalhadores e inconstitucional. ■ O Tribunal Revolucionário Popular da província de Luanda inicia o julgamento de 123 indivíduos, na maioria angolanos e portugueses, acusados de fazerem parte de uma rede de tráfico ilícito de diamantes. ■ Os trabalhistas britânicos ganham as eleições locais realizadas na passada quinta-feira em 272 círculos eleitorais, infligindo pesada derrota aos conservadores e conquistando mais 45 lugares de conselheiros municipais. ■ Segundo a AIM, morreram 30 pessoas e 26 ficaram feridas num ataque de bandoleiros armados a cinco camiões civis em 21 de Abril, na província moçambicana de Tete.

5
Sábado



Bobby Sands

Realiza-se em Setúbal, na Câmara Municipal, um Encontro Nacional sobre «Poder Local e Ensino» promovido pela Associação de Municípios de Setúbal e mobilizando 43 Câmaras de todo o País para discutir o pacote antiautárquico do Governo. ■ Em declaração difundida pela Tass, a URSS responsabiliza a China pelos conflitos fronteiriços com o vizinho Vietname, comparando a situação à invasão chinesa de 1979, que terminaria com uma pesada derrota dos agressores chineses. ■ Registam-se diversos confrontos entre manifestantes e forças policiais e militares na Irlanda do Norte, na data do 3.º aniversário da morte de Bobby Sands, activista republicano que sucumbiu após 60 dias de greve de fome contra a presença de tropas britânicas na Irlanda do Norte.

6
Domingo

Termina em Lisboa a Conferência sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central com a firme condenação dos EUA e com planos para a intensificação da solidariedade com a Nicarágua. ■ Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, afirma no Fogueiteiro que as jornadas do X aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio «vieram confirmar que a alternativa democrática de que o País carece só pode ser encontrada com os trabalhadores e nunca contra eles». ■ O director do programa de treinos dos cosmonautas soviéticos, general Vladimir Shatalov, firmou ontem em Nova Delhi que o seu país poderia enviar um homem a Marte, esclarecendo que esse voo só será decidido se as amostras de terreno trazidas pelas sondas soviéticas automáticas demonstrarem tal possibilidade.

7
Segunda-feira

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) anuncia que irá prosseguir a luta para evitar os novos aumentos de preços de bens e serviços de primeira necessidade que o Governo está a preparar. ■ Segundo a secretária norte-americana do Comércio, o défice da Balança Comercial dos EUA atingiu no primeiro trimestre deste ano a cifra recorde de 25 800 milhões de dólares. ■ Os países do Pacto de Varsóvia propõem à NATO a realização de consultas multilaterais para discussão de um projecto de acordo sobre a não utilização da força e a manutenção das relações de paz. ■ A Imprensa soviética denuncia que os EUA pretendem utilizar a conferência de Estocolmo para obterem informações sobre a estrutura e actividades das Forças Armadas dos países socialistas.

8
Terça-feira

A comissão de trabalhadores da Empresa Pública Notícias Capital acusa o conselho de gerência de pretender fazer saneamentos políticos, ao elaborar listas que abrangem 165 trabalhadores que considera «excedentários». ■ O Presidente da República está em Estrasburgo, onde fará um discurso na Assembleia do Conselho da Europa. ■ Os representantes sindicais dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas acusam o Governo de abuso de Poder e da prática de ilegalidades ao impedir a legalização da sua associação sindical. ■ Numa declaração divulgada no final da reunião plenária do Comité Olímpico da URSS decide não participar nos Jogos Olímpicos de Los Angeles. ■ Três pessoas morreram e ficaram feridas mais de cem em consequência de um tremor de terra, ontem, nas regiões central e meridional da Itália. O abalo sísmico atingiu o grau 5,2 na escala de Richter. ■ URSS lança para o espaço a nave de transporte «Progress-21».

Editorial

TEMPO POLÍTICO PARA UMA MUDANÇA DEMOCRÁTICA

O tempo político em Portugal corre depressa nos dias actuais. Sob a dinâmica do movimento popular de massas surgiram e aprofundaram-se novos factores de antagonismo entre o Governo Soares/Mota Pinto e o povo.

A coroar uma fase de importantes lutas de massas, as grandiosas celebrações populares e democráticas do 25 de Abril, em contraste com o diversionismo «oficial», seguidas das gigantescas manifestações do 1.º de Maio, acentuaram o isolamento político da coligação do Governo e das suas forças apolantes.

Consequentemente, multiplicam-se factores de convergência, de entendimento, mesmo de unidade, entre as forças democráticas, entre patriotas das mais diversas tendências. Alarga-se o campo da oposição à política deste Governo, amadurecem de maneira visível as condições favoráveis a uma alternativa democrática.

Manifestamente, um sensível deslocamento de forças em desfavor da coligação PS/PSD operou-se nos últimos tempos. Como é evidente não se trata de uma afirmação gratuita ou intuitiva dos comunistas mas de um processo rigorosamente aferido em factos e acontecimentos de fácil leitura.

O Governo PS/PSD formado ao arpejo da vontade dos eleitores socialistas e dos portugueses que rejeitam maioritariamente a «AD» com o seu voto, viu reduzir-se de maneira drástica a base de apoio social e político com que se legitimou nas legislativas de 83.

O momento para correr com o clique governante aproxima-se. A base para as grandes iniciativas e decisões políticas e institucionais alargou-se.

Seria altamente gravoso para o País adiar-las por muito mais tempo. Deixar passar sem uma acção decisiva a oportunidade política excepcional para uma mudança democrática pode arrastar-nos para uma fase de indefinições e de deterioração que adensaria numa escala imprevisível o fardo da crise sobre o povo.

Tudo aponta para novos agravamentos da crise sob o Governo actual e a sua política.

A recessão económica e produtiva atira novas empresas para a falência, novos contingentes de trabalhadores são lançados para o desemprego.

O Governo PS/PSD nenhuma medida promove para pôr cobro ao flagelo dos salários em atraso quando está ao seu alcance pôr um travão no processo, liquidar e castigar a fraude lá onde ela se verifique ou encontrar formas e meios financeiros de pagar os milhões de contos de salários em atraso nas empresas onde se verifiquem reais dificuldades.

Só através de duras lutas os trabalhadores conseguem fazer triunfar as suas reivindicações, travar o processo de pauperização que norteia a política laboral do Governo e mesmo assim não beneficiando nunca da sua compreensão e apoio antes enfrentando as suas medidas de repressão e violência.

Deste Governo do grande capital, laciao servil dos monopólios, os trabalhadores nada têm a esperar.

Novas medidas contra as condições de vida dos trabalhadores e do povo estão em choco. O Governo de Soares obrigado pela luta a recuar nos intentos de novos agravamentos dos preços do pão, do leite, dos transportes, dos combustíveis, das rendas de casa e outros, já os agendou para breve e está já a introduzi-los à calada pela porta do cavalo.

Universitários comunistas tomam posição sobre temas de viva actualidade

Em nota de imprensa sobre as conclusões da sua última reunião, a Direcção Central do Ensino Superior (DGES) da Juventude Comunista «considera importante a escolha dos representantes estudantis nos Conselhos dos Serviços Sociais e no Conselho Nacional de Acção Social, para que aí sejam defendidos os interesses e reivindicações dos estudantes universitários».

No entanto, a JCP denuncia «a falta de resposta do Ministério da Educação a importantes reivindicações estudantis no campo do apoio social, designadamente o aumento das bolsas de estudo, a abertura de camisas ao domingo e o inquérito à gestão dos S. Sociais». Na referida nota de imprensa os universitários comunistas manifestam o seu apoio «ao movimento que se está a desenvolver a favor da criação da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, congratulando-se com a apresentação na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP de um pedido de urgência para discussão do projecto-lei de criação da FDUP (rejeitado em anterior legislatura pelo CDS e pelo PSD)». «A criação da FDUP», sublinha a JCP, «corresponderá à concretização de uma aspiração profunda dos estudantes e das populações do norte do País».

Ainda na esfera do Parlamento, os jovens comunistas destacam a importância da discussão em S. Bento do projecto-lei sobre «garantias e direitos das Associações de Estudantes», apresentado pela bancada comunista. «Ao contrário de projectos apresentados pelo PS e PSD», comenta a Juventude Comunista, «o projecto do PCP consagra as aspirações estudantis, ao reconhecer uma efectiva autonomia às AEs e a sua total independência face ao Governo, e ao garantir-lhes os meios necessários para o prosseguimento das suas actividades».

A DCES da JCP salienta, entretanto, que as Queimas das Fitas a realizar nas próximas semanas (com particular destaque nas Academias de Coimbra e do Porto) «deverão traduzir os problemas com que os estudantes se debatem» e apela para «a não partidarização destas iniciativas».

Ao mesmo tempo que anuncia a tomada de medidas para a dinamização do debate preparatório para o II Congresso da JCP, marcado para Dezembro, a direcção dos universitários comunistas revela que decidiu formar um grupo de trabalho nacional para a preparação da participação da organização do Ensino Superior na próxima Festa do «Avante!».

Baixa da Banheira

Realizou-se no último sábado, dia 5 de Maio, a primeira das quatro Assembleias de Zona na Organização de Freguesia da Baixa da Banheira (distrito de Setúbal).

Tendo como objectivo aproximar mais a estrutura do Partido aos militantes e conforme decisão da 2.ª Assembleia de Organização da Freguesia da Baixa da Banheira, realizada em fins de 1983, decidiu a Comissão de Freguesia realizar 4 Assembleias de Zona, correspondendo à divisão orgânica do Partido na freguesia.

Na reunião agora efectuada, como has outras três que estão marcadas para os dias 26 de Maio, 2 e 9 de Junho, respectivamente Zona Norte B, Norte A e Sul B, analisa-se o trabalho realizado, perspectiva-se a actividade futura e elegem-se os secretários de zona, organismos de direcção até agora inexistentes, e que contribuirão para o esforço do trabalho do Partido na freguesia.

As violações da legalidade democrática são a lei do Governo Soares/Mota Pinto. Mais uma vez os governantes tentaram impedir com a mobilização de forças policiais a Assembleia Geral da Múta dos Pescadores, na Voz do Operário. O «vice» Mota Pinto retém o despacho judicial que recusa legitimidade jurídica à proibição governamental da formação de sindicatos dos trabalhadores civis dos estabelecimentos ligados às Forças Armadas, os acordos do Supremo Tribunal Administrativo que dão razão aos trabalhadores da Reforma Agrária ficam letra morta.

A necessidade de novas e mais vigorosas jornadas de luta pela demissão do Governo e por uma nova política coloca-se instantaneamente à classe operária e a todas as classes e camadas afectadas pela acção antipopular e antinacional da clique governante.

Paralelamente, acentua-se a redução da base política da coligação do Governo em termos eleitorais: o bloqueamento político cria novas áreas de impasse na acção governativa; as dificuldades internas da coligação projectam-se no trabalho executivo e no legislativo e constituem um desafio às instituições.

As últimas cinco eleições autárquicas suplementares deste fim-de-semana confirmam a perda de força dos dois partidos do Governo, em particular o descrédito do partido de Mário Soares.

Os resultados eleitorais nelas verificados apontam num sentido claro: perda de votos do PS e do PSD, mesmo lá onde uma forte abstenção garantiu a continuação do domínio da direita: deslocamento de votos reaccionários para a extrema-direita; subida da APU — com a significativa vitória de Santo André no concelho de Montalegre — tudo acusando o deslocamento do eleitorado em desfavor da coligação PS/PSD.

Mesmo a forte abstenção, em zonas onde o caciquismo prepondera, é objectivamente um voto contra Soares e Mota Pinto.

O Governo e as forças reaccionárias que directa ou indirectamente o apoliam, com inclusão do CDS, sentem o terreno fugir-lhes debaixo dos pés, temem a derrota e os efeitos nefastos para os seus interesses de uma possível perda de posições no Poder.

A extrema-direita e a própria ala mais conservadora do PS temem a perda possível de sua actual maioria de quatro quintos na Assembleia da República e com ela as hipóteses de uma nova revisão antidemocrática da Constituição que apague Abril do ordenamento jurídico do Estado democrático português.

O CDS, a CIP, a CAP, a CCP, a alta finança internacional, reivindicam insistentemente que a parte económica da Constituição, que consagra as nacionalizações, a Reforma Agrária e a legislação laboral democrática, seja urgentemente revista, anulada e ordenada à imagem dos seus interesses. O PSD abre os braços a essa reivindicação.

As próprias declarações de Mário Soares à Televisão espanhola acerca das «limitações» de Marcelo Caetano apontam na mesma direcção.

Os bloqueamentos endémicos na acção do Governo, a corrupção e o nepotismo que grassam nas suas veias ou à sua sombra, a notória incapacidade e inépcia de vários Ministérios e vários departamentos ministeriais, afectando sectores decisivos da vida do País, como a economia e finanças, a saúde, o trabalho, o ensi-

no, a comunicação social e outros, mostram, por seu lado, também, como é urgente correr com o Governo.

Importantes sectores da coligação governamental defendem com insistência uma «remodelação», pretendem criar com isso a ilusão de que alguma coisa mudou na política do Governo que têm apoiado activamente, e diminuir assim a sua própria responsabilidade no profundo descrédito em que caiu o Governo de Soares.

Mas Mário Soares não tem mexido na sua desconjuntada equipa governamental, mesmo em casos gritantes de inépcia dos ministros, com medo que com a água da barreira do Governo se vá também a própria coligação governante.

Fielis servidores que aceitaram fazer o frete político e executar as decisões do Governo, como Palma Ferreira, e nelas queimaram as asas como a borboleta da fábula, são atirados para o entulho como bodes expletórios de toda uma política antidemocrática.

O Governo, com os dias contados, tem pressa de pôr de pé os seus projectados mecanismos da repressão política e de atar a mordeça à oposição democrática; acelera o estrangulamento financeiro e a autonomia do Poder Local, prepara nova legislação laboral antipopular.

Na Assembleia da República a maioria domesticada do Governo faz aprovar a criação dos negregados «serviços de informação» que configuram uma nova PIDE. O Governo discute um novo projecto de «segurança interna» e prepara-se para impor normas regimentais no funcionamento regular da Assembleia da República que visam impedir a fiscalização parlamentar dos actos do Governo pela oposição democrática.

Mário Soares tenta cobrir com o «manto diáfano» da mentira a sua falência política, multiplica declarações e actos que acentuam as tendências fascizantes na prática do Governo.

Com a sua política inconsequente, o PS, sob a direcção de Soares, leva água aos moinhos da reacção, anima os sonhos de formação de uma nova «AD», reduz-se ele próprio a «migalhas», propósito de que injustamente acusa os adversários políticos, designadamente o PCP.

Correr com este Governo, impor uma nova política que vá ao encontro dos agudos problemas nacionais e abra o caminho à solução da crise, criar as condições prévias necessárias para uma alternativa democrática, repor na vida nacional a autenticidade da Revolução de Abril é uma tarefa política urgente e eminentemente patriótica da democracia portuguesa.

Soares pretende negar legitimidade institucional à demissão do seu Governo antes do termo do mandato eleitoral mas as instituições democráticas prevêm e garantem tais alterações, permitem pôr cobro à rota de desastre para onde a coligação PS/PSD arrasta o País e repor na vida nacional a legalidade democrática.

O 1.º de Maio, e naturalmente o 25 de Abril, criaram novos laços entre os democratas, fortaleceram a solidariedade de interesses de uma maioria imensa do Povo português.

Dar continuidade aos progressos conseguidos nos últimos dias no movimento popular e democrático é um dever de todos os que querem continuar Abril e pretendem garantir o futuro democrático de Portugal e dos portugueses.

Seminário promovido pelo PCP sobre política energética

Conforme já fora anunciado — e o nosso jornal referiu a conferência de imprensa que divulgou esta realização e os temas que vai abordar — tem lugar no próximo sábado, na Faculdade de Letras de Lisboa (anfiteatro 1), o Seminário sobre Política Energética em Portugal.

Promovido pela Comissão Política do CC do Parti-

do Comunista Português, o Seminário tem início às 10 horas da manhã e o seu encerramento prevê-se para as 18.30 horas com uma intervenção do camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Inserido no programa de estudos e realizações do PCP previstos para o corrente ano, o Seminário que

agora vai realizar-se dá continuidade, aprofunda e actualiza os estudos já anteriormente realizados — por exemplo a «conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica» de 1977, — durante a qual foram traçadas as grandes linhas sobre a política energética de que o nosso país carece. A oportunidade desta iniciativa surge, por outro lado, realçada face à

campanha governamental feita em torno do chamado Plano Energético Nacional (PEN 82), o qual pretende a imposição a curto prazo de uma opção nuclear contrária aos interesses nacionais, como aliás os deputados comunistas denunciaram durante a recente interpegação ao Governo sobre a matéria na Assembleia da República.

Um vasto conjunto de temas se abrem ao debate, apontando-se desde logo algumas linhas de orientação da política energética. A relação entre esta e o desenvolvimento do país — tendo em vista a saída da crise, o relançamento económico, a melhoria das condições de vida e a diminuição da dependência externa é uma das linhas fundamentais que percorrerá o essencial das discussões.

Outra das linhas de orientação do Seminário é a que decorre da necessidade do aproveitamento

dos recursos energéticos nacionais. Um inventário desses recursos, actualizado, está por fazer: recursos hídricos, reactivação da prospecção e avaliação dos recursos de urânio e de carvão, estudo e desenvolvimento das tecnologias relacionadas com as energias renováveis não convencionais e fomento do seu aproveitamento.

O lançamento de novos aproveitamentos hídricos — tendo em conta o elevado potencial ainda não aproveitado, a integração das novas centrais hídricas em aproveitamentos de fins múltiplos e a diversificação das fontes de energia, são outras das orientações propostas para esta realização do PCP que, quanto à questão da energia nuclear, reafirmam a sua importância como energia de futuro, se mostra desfavorável, na situação actual, à construção de centrais nucleares.

O Seminário prevê ainda como linhas de orientação da política energética em discussão: a diversificação das origens geográficas das matérias-primas energéticas importadas; a economia de energia em todos os sectores da vida nacional; a protecção do ambiente e defesa da qualidade de vida das populações; o desenvolvimento acelerado da base científica e técnica nacional.



Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sobro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CGL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont 57 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828 779825 769751

CASA DE VENDA em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-3.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:

Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Haska Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Abril: 45 700

Assembleia da República

Alterações ao Regimento da AR entra no plenário a passo de caracol

Finalmente chegou-se ao Regimento, isto é, à revisão do Regimento da Assembleia da República. Sucessivamente adiado pelos mais variados motivos que contrariavam a pressa da maioria, a votação (e discussão), artigo a artigo, das propostas de alteração começaram anteontem. E não da melhor maneira, catapultando matérias agendadas e importantes para dias depois. A discussão e votação do processo de urgência requerido pelo PCP para apreciação do projecto que visa a criação da Faculdade de Direito na Universidade do Porto ficou a aguardar, assim como o projecto de Estatuto Patrimonial do Presidente da República.

Jaime Cortesão

Na manhã de terça-feira, além da votação-recurso da ASDI a que nos referimos noutra página, um voto de homenagem a Jaime Cortesão reuniu a unanimidade dos votos e permitiu uma importante declaração do camarada Lino Lima, sublinhando o facto de todas as bancadas terem participado na homenagem. Creio que foi bom e que foi justo isto ter acontecido assim, acentuou Lino Lima. Foi bom e foi justo que todos

nós aqui tivéssemos erguido o facho da luz da verdade e com ele tivéssemos queimado muitas mentiras do passado, muitas mentiras que durante anos e anos quiseram sujar o nome de homens integros como o de Jaime Cortesão. Recordando as perseguições de que aquele intelectual foi vítima no tempo do fascismo, o deputado comunista, afirmou mais adiante: Sobre ele e outros caiu o

ódio mais vil dos inimigos da liberdade, dos caceteiros que povoam a nossa História e então puderam dar largas à sua brutalidade, dos miseráveis que entregavam os foragidos republicanos aos franquistas e assistiam deliciosos ao seu fuzilamento. Toda essa gente quis cobrir de lama o nome de Jaime Cortesão. Mas os anos foram passando. O poeta, o escritor, o historiador construíram a sua obra. A sua luta pela liberdade continuou-se sem cessar. Veio finalmente a morte já aqui em Portugal onde tão pouco tempo teve para rever as gentes e as paisagens que descreveu com tanta beleza e amor. E agora, quando se completam cem anos sobre o seu nascimento, mesmo aqueles cujos antepassados estariam em Burgos quando Jaime Cortesão estava em Madrid, reconheceram o sentido patriótico da sua intervenção cívica

e política e a lealdade da sua vida.

Um debate coxo

Da parte da tarde começou então o processo de alterações ao Regimento. Mas logo de início se revelou aquilo para o que os comunistas haviam alertado: ia começar-se os trabalhos sem que o disposto no regimento especial para a circunstância — neste caso o artigo 2.º desse regimento especial — tivesse sido cumprido. Um guião apresentado pelos partidos da maioria para que houvesse alguma ordenação na discussão e votação das alterações não chegou para que toda a gente se entendesse no emaranhado de artigos. Recusada uma reunião proposta pelos comunistas com a finalidade de «evitar que se acrescentem dificuldades às naturais dificuldades de uma discussão deste género», entrou-se na sombria floresta do articulado. Não sem que o PCP requeresse a leitura da declaração de voto que fizera no seio da Comissão do Regimento e Mandatos que votara o Relatório e Parecer sobre o trabalho da subcomissão para o estudo das alterações propostas. Na sua declaração de voto, os deputados comunistas manifestam, para além das apreciações que fazem sobre os trabalhos da subcomissão, oposição frontal a várias disposições da proposta apresentada pela maioria PS/PSD. Nomeadamente contra: a eliminação do princípio de consenso no funcionamento da Conferência de Presidentes; a degradação do funcionamento do Plenário e das co-

missões, resultante da sua simultaneidade; o abaixamento do quorum de funcionamento; a fixação da ordem do dia por vontade discricionária da maioria, com desrespeito de regras objectivas impostas constitucionalmente; a limitação dos direitos dos partidos à fixação de ordens do dia; as limitações à intervenção no período de antes da ordem do dia, designadamente do direito de produzir declarações políticas; as limitações aos debates, pelas restrições aos direitos do uso da palavra; a degradação do funcionamento participado do Plenário através da introdução da figura da «hora fixa de votação»; a diminuição drástica das garantias de publicidade e conhecimento prévio das matérias a discutir; a limitação, por imposição da maioria, dos tempos de intervenção nos debates dos partidos. Acentuando que, no entender do PCP, o Regimento da AR necessita de melhoramentos e alterações e que, nesse sentido, os comunistas haviam apresentado uma proposta de resolução, a declaração de voto a que nos referimos sublinha que as propostas do PCP garantem o funcionamento democrático e transparente da Assembleia, visando responder às inovações da revisão constitucional e às lacunas do Regimento em vigor, particularmente evidentes no campo da fiscalização da acção governativa. Os trabalhos começaram, pois, acentuando-se o contraste entre as posições assumidas pelo PCP e as que constam das propostas da maioria. Beirco,

PCP apresenta projectos a favor da juventude

Três projectos de lei indo ao encontro das aspirações juvenis foram anteontem apresentados em conferência de imprensa pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Numa das salas de trabalho do PCP, os jornalistas puderam inteirar-se do conteúdo destas iniciativas legislativas, duas visando dar garantias e defender direitos das Associações de Estudantes, a terceira defendendo a criação de um regime jurídico de atribuição de um subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego.

Na mesa da Conferência, o camarada Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar e membro do Secretariado Político Permanente do CC do PCP, ladeado pelos deputados José Magalhães, Paulo Areosa, Jorge Patrício, Mariana Lantia e Jorge Lemos e pelos camaradas Rosa Brandão, jurista do gabinete do Grupo Parlamentar e Rogério Moreira, da Comissão Central da JCP, fez a apresentação dos projectos.

Destacou em primeiro lugar que o Grupo Parlamentar Comunista vai fazer tudo para que, ainda nesta legislatura, seja discutida e aprovada na Assembleia legislação sobre os interesses da juventude portuguesa, esforço que se integra nestas iniciativas.

No que toca aos projectos sobre as Associações de Estudantes, Carlos Brito recordou o papel que estas tiveram no passado, não apenas na defesa dos interesses dos estudantes mas também na luta pela liberdade, sublinhando que, depois do 25 de Abril foram um factor importante na democratização do ensino. O dirigente parlamentar do PCP referiu mais adiante que as associações não encontram hoje eco nem apoio por parte do Estado, ao longo de sucessivos governos que lhes têm levantado os mais variados obstáculos.

Avançando com uma interrogação que poderia surgir — porque só hoje esta apresentação — Carlos Brito afirmou que o PCP nunca tomara a iniciativa de apresentar qualquer projecto de «estatuto» das associações, pois não se coloca necessidade alguma de «legalizar», e as iniciativas de outros sectores (governamen-

tais) o que pretendem é regulamentar as associações, espartilhando-as. «Os nossos projectos não regulamentam», sublinhou. «Levantam trincheiras contra essa regulamentação e estabelecem garantias e obrigações do Estado face às Associações de Estudantes.»

Foi a vez de Jorge Patrício passar a referir-se ao projecto de criação de um subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego. Destacou nomeadamente que tal subsídio constitui já um direito, suspenso pelo Governo.

De resto, a nota distribuída à imprensa, sublinhando que «os jovens portugueses vivem hoje em permanente confronto com graves e inúmeros problemas, decorrentes da política desenvolvida pelos vários governos», aponta como exemplos de «uma acção governativa de total desrespeito e desinteresse pelas aspirações e interesses juvenis», a «suspensão da atribuição do subsídio de desemprego», a «passividade face à proliferação, sem conta nem medida, dos contratos a prazo, a falta de criação de postos de trabalho e o consequente aumento do desemprego juvenil, a incapacidade para resolver os problemas do ensino de uma forma global, a falta de apoio e incentivo governamentais ao associativismo juvenil».

Paulo Areosa, por sua vez, focando os projectos sobre as Associações de Estudantes, lembrou que o PCP tem tomado ao longo do tempo diversas iniciativas legislativas que vão ao encontro das necessidades e desejos dos jovens portugueses, fornecendo exemplos dessa actividade.

Adiantou ainda este deputado que os projectos anunciados agora visam, um deles, garantir um conjunto de direitos especiais às Associações de Estudantes do Ensino Médio e Superior, nomeadamente direitos de participação, de expressão, de instalação e de apoio do Estado; o segundo, sobre a «garantia do direito de associação nas Escolas Secundárias», visa pôr cobro às constantes violações do direito de associação nestas escolas, assegurando a independência e autonomia das estruturas associativas, os direitos de reunião, expressão e propaganda.

por seu lado, exprimindo o sentir do CDS, fez questão de afirmar que o sentido das alterações em apreço, oriundas do PS/PSD, é o mesmo que a 'AD' já preconizara. O PS, recorde-se, insurgiu-se em tempos contra as pretensões da 'AD' no plano da revisão do

Regimento... A unanimidade surgida nas votações das primeiras alterações foi, pois, enganadora. Nem meia dúzia de artigos passaram pelo crivo parlamentar, e a confusão reinava. Na dança dos artigos, a pisadela era muita. Mas o intervalo veio,

prolongado para a conferência de imprensa que o PCP convocara. Após a conferência, os jornalistas, desinteressados do que se iria passar no plenário, saíram. Muitos deputados também. O quorum é sempre de grande fragilidade nestes dias.

As desculpas da maioria para recusar o Alqueva

O PCP apresentará um projecto de resolução visando a adopção de medidas administrativas, técnicas e financeiras que possibilitem o prosseguimento e a conclusão do projecto do Alqueva. Tal projecto, como acentuaria o deputado comunista Belchior Pereira, «é um projecto fundamental que beneficiará não apenas o Alentejo e o Algarve mas todo o País». Mas, se os comunistas e muitos outros classificam assim a importância do Alqueva, a ASDI não o considera com tal relevância. E, refugiando-se por detrás de uma dita «separação de poderes», foi à AR fazer o serviço ao Governo, interpondo um recurso quanto à admissibilidade da proposta de resolução comunista.

Impugnando a iniciativa do PCP, Magalhães Mota afirmou que não cabe à Assembleia da República legislar sobre matérias da administração!

Se Condoso aproveitou logo — não se tinha lembrado daquela — para afirmar o seu acordo com a ASDI, as críticas à impugnação agendada por este agrupamento parlamentar choeram. E não apenas da bancada comunista que, pela voz de José Magalhães e José Manuel Mendes, demonstrou não apenas a legitimidade da proposta do PCP como lembrou as dezenas de propostas de resolução já aprovadas sem que fossem levantadas dúvidas sobre a constitucionalidade e os limites destas iniciativas. A própria UEDS afirmou que a argumentação da ASDI era contraditória com a prática recente da Assembleia.

Assim, depois de ter falhado o quorum no dia dos debates para a votação, o dia seguinte viu o PS e o PSD a alinharem com a ASDI votando a impugnação da iniciativa comunista, enquanto a defendem com votos contra o PCP, o MDP e a UEDS. O CDS absteve-se.

Da intervenção do PCP nos debates, produzida pelo camarada Belchior Pereira, damos aqui significativos extractos:

Construir Alqueva significa aproveitar os nossos recur-

sos e potencialidades, contribuindo assim para que o País seja menos dependente do exterior; construir Alqueva significa garantir o abastecimento de água às populações e à indústria, significa uma elevada produção de energia eléctrica; construir Alqueva significa a construção de uma nova dinâmica no desenvolvimento da agricultura; significa um salto no progresso social, a eliminação do desemprego, significa um Alentejo saindo do atraso, do subdesenvolvimento, a caminho do futuro novo.

Os estudos da valla agrícola já realizados demonstram, também, claramente o grande interesse do projecto quanto ao seu aspecto agrícola. Os dados apurados em termos de valor acrescentado líquido resultante da conversão das áreas de sequeiro para o regime de regadio, calculados a preços actualizados em 1986, podem atingir cerca de 25 milhões de contos. Os estudos de caracterização dos solos com capacidade para o regadio, confirmam a existência de cerca de 200 mil hectares mercedores de beneficiação, para além de permitir completar o Plano de Rega do Algarve com mais 60 mil hectares.

É necessário ter em conta que a produção de energia eléctrica de Alqueva está inserida no aproveitamento hidroeléctrico do Rio Guadiana. Este aproveitamento inclui além de Alqueva, Rocha da Galé, Alamos e Pomarão. Este conjunto produzirá em ano médio cerca de 1800 GWh. Atendendo a que a potência total instalada (térmica e hidráulica) é de cerca de 5300 MW, dos quais 3000 MW cabem às hidroeléctricas, ninguém poderá pôr em causa a importância do conjunto Alqueva-Rocha da Galé-Alamos-Pomarão. Outro aspecto muito importante é que o aproveitamento

dos nossos recursos hidroeléctricos tem uma componente de incorporação de bens nacionais da ordem dos 95% e uma tecnologia que dominamos muito bem. A valla eléctrica do Alqueva que o Governo admitiu ser a preços de 1978 de 48,8% e a preços de 1982 é já de 72%, o que permite atribuir o valor de 87,5% a preços de 84. E Alqueva, na melhor das hipóteses, só estará pronta em 1990. Qual será então a valla eléctrica?

Os números são elucidativos e devemos compará-los com os 50% atribuídos ao aproveitamento de Crestuma, que não houve dúvidas em levar por diante, apesar de só ter fins hidroeléctricos. Nada justifica a paragem imposta em 1978. Só razões políticas não relacionadas com a valla eléctrica, mas sim com o Plano de Rega do Alentejo, pode explicar tal paragem.

Portugal poderá passar à situação de exportador, em certas alturas, mesmo de alguma energia, mas sobretudo de potência.

As vantagens económicas globais do empreendimento não podem seriamente ser postas em dúvida. Trata-se de um projecto fundamental que beneficiará não apenas o Alentejo e o Algarve mas todo o País. O seu congelamento assume assim o significado de um crime de lesa economia nacional. Considerando só o aspecto energético e do ponto de vista da balança comercial, os escalões de Alqueva — primeira e segunda fase mais Rocha da Galé — poderão contribuir em ano médio com cerca de 2 milhões e 500 mil contos/ano em termos de substituição de petróleo importado. Os dois escalões poderão produzir até 976 GWh/ano de energia eléctrica isto equivale a 83 mil 936 toneladas de petróleo bruto, isto é, 615 mil barris, cotados a 30 dólares/barril (...).

Após o 1.º de Maio, as sessões plenárias da Assembleia da República retomaram a agenda com projectos de lei originários das bandas governamentais — PS e PSD apresentaram um, a UEDS outro e a «oposição» democrática o terceiro. Todos eles versavam o Poder Local e pretendiam instituir a figura do referendo abrindo a possibilidade aos órgãos das autarquias de efectuarem consultas directas aos eleitores das áreas respectivas sobre problemas de âmbito local. Para além desta iniciativa, há a assinalar, logo no dia seguinte, a declaração política de Jerónimo de Sousa, do PCP, que veio recordar aos deputados o que muitos deles pretendem esquecer fechando os olhos e os ouvidos. É que o 1.º de Maio e o 25 de Abril foram comemorados nas ruas e nos campos de Portugal. Pelos trabalhadores e pelos democratas. Em unidade. Noutra local publicamos na íntegra a intervenção do camarada.

O PCP votaria contra as iniciativas sobre os referendos locais. Foi o único partido a fazê-lo em relação a todos os projectos, já que o MDP se absteve em relação ao da UEDS, mostrando-se contrário aos dois outros, havendo-se absteído em todos o deputado de «Os Verdes». Os comunistas votaram contra por não ter o assunto sido aprofundadamente debatido com o Poder Local. E por mais razões, como afirmou o deputado João Amaral: «De facto», sublinhou, «não se pode falar, como aqui foi feito hoje, de progresso do Poder Local quando o conjunto de diplomas aprovado pelo Go-

verno, o chamado pacote autárquico, aponta para o retrocesso, para o reforço dos mecanismos de tutela governamental sobre as autarquias, espartilha a sua acção e faz da dissolução uma arma de pressão para submeter os órgãos autárquicos às directivas dos senhores ministros.»

TV — lamúrias e acusações

Se vem já sendo comum a voz discordante do PSD dentro da coligação — agora publicamente o segundo da aliança pretende uma remodelação governamental já —, essa discor-

dância sobe de tom na Assembleia. Condoso, o líder PSD na AR, queixara-se durante o debate dos projectos sobre o referendo local de que o projecto comum PS/PSD fora elaborado pelos socialistas «e nós subscrevêmo-lo apenas por cortesia...». No debate sobre o pedido de inquérito, da autoria do CDS, à RTP, novamente as brechas se abriram. Entre todos, desta vez, PS, PSD e CDS berraram uns contra os outros (não sem tentarem arrastar o PCP para o coro das lamúrias), acusando-se de haverem, cada um na sua altura, manipulado a Televisão Portuguesa. No final, o pedido de inquérito seria votado favoravelmente por todos. Mas cada um com as suas razões. E cada um com as suas culpas, como de resto apontaria o deputado Jorge Lemos, do PCP.

Com efeito, se o CDS, através de Nana Coissoró acusaria os responsáveis da RTP de favores pessoais, compadrio e controlo partidário, revelando, ao mesmo tempo, a escandalosa reparação dos tempos concedidos às diversas forças partidárias e ao Governo no período de Junho a Dezembro, o deputado comunista lembrou ao CDS que se esquecera de fazer a sua autocritica. Quando Prouça estava no poleiro da

TV, o CDS calava-se. Jorge Lemos recordaria também ao PS as promessas e as suas críticas quando foi oposição. «Caberá perguntar se, chegado ao Governo, o PS cumprirá as promessas feitas», sublinhou. O deputado do PCP, falando de hoje e de «casos concretos de controlo e de manipulação da RTP pelo Governo a requerer urgente apuramento das responsabilidades», lembrou: «Que dizer da escandalosa cobertura pela RTP das comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril? A RTP aí actuou indecorosamente como a voz do dono impondo aos telespectadores a emissão em directo de tudo o que tinha a ver com as comemorações oficiais/governamentais, que estavam às moscas, apesar do bombardeamento publicitário realizado através da RTP. Por outro lado ignoraram-se quase totalmente as massivas manifestações e outras iniciativas populares que se realizaram de Norte a Sul do País, com especial destaque para a grandiosa manifestação/comício em Lisboa.

Perguntas

Perguntas, foi o que o deputado deixaria no ar. Sem res-

posta na altura. E não é a votação favorável ao inquérito que nos fará descansar e ter a certeza de que as respostas virão. Recordando que a RTP estava à beira da ruptura económico-financeira quando tomou posse a administração PS/PSD, o deputado sublinhou que tudo continuava por esclarecer.

Mas se o Governo sabe fabricar a sua propaganda — embora não se impeça de cair no ridículo a cada passo — não sabe dar respostas. O que se passou no dia seguinte, sexta-feira, foi de novo um exemplo dessa incapacidade. A já tradicional sessão de perguntas ao Governo, com este a escolher um lote apresentado por cada partido, foi de novo o que tem sido: uma sessão sem resultados palpáveis.

No entanto, se o Governo não responde, ou responde atrofiadamente, a sessão vale sempre pelas perguntas. Que normalmente constituem um rol de acusações, mesmo se essa não é a forma como são colocadas. O silêncio governamental deixa as perguntas pairar como críticas — às insuficiências, aos erros, aos atentados às liberdades dos cidadãos, à economia nacional.

Fugir às questões é confessar.

Jerónimo de Sousa: «Uma grande afirmação da vontade popular e da unidade dos democratas»

025 de Abril e o 1.º de Maio — a expressão popular das comemorações realizadas pelo País fora — foram levadas à Assembleia da República pelo camarada Jerónimo de Sousa. Aqui publicamos na íntegra a intervenção de quinta-feira passada:

Sem esquecer as preocupações e as dificuldades que são presentes ou se anunciam no horizonte do regime democrático, os trabalhadores, os democratas e patriotas que se identificam com os ideais da Revolução libertadora encetada há 10 anos pelo Movimento dos Capitães, têm razões muito fortes para acreditar no futuro da democracia portuguesa.

Quando estava em curso uma autêntica campanha de intoxicação e manipulação da opinião pública por parte dos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa, quando alguns com sentido demissionista falavam em desmobilização e em indiferença das massas populares; quando os principais responsáveis do Governo apregoavam aos quatro ventos o pseudo-enfraquecimento da luta dos trabalhadores, as comemorações populares e unitárias do 10.º aniversário do 25 de Abril a par das comemorações do 1.º de Maio

vieram deitar por terra todas estas teses.

A comemoração dos 10 anos de Abril foi uma grande afirmação da vontade popular e da unidade dos democratas. A participação massiva dos trabalhadores nas manifestações e realizações convocadas pelo movimento sindical unitário permitiu que se assistisse, passados seis dias, a um dos maiores 1.º de Maio até hoje realizados no Portugal de Abril.

Uma e outra comemoração encerram lições profundas que estão ligadas aos anseios, às aspirações e à determinação dos trabalhadores e do povo português na actualidade política.

dos trabalhadores e do povo. Todos assistimos à forma escandalosa como se apeliou à participação do povo português nas comemorações governamentais, enquanto se silenciavam as iniciativas unitárias e populares. A Televisão conseguiu, como diz o nosso povo, «meter o Rossio na rua da Betesga» quando se tratou de mostrar as imagens da grandiosa manifestação da Avenida da Liberdade envolvendo centenas de milhares de democratas. Mas nem as maravilhas da técnica puderam esconder o fracasso das comemorações governamentais cujo epílogo merecido teve lugar naquele conclave bisonho, frio e chato da Aula Magna da Universidade de Lisboa.

Também no 1.º de Maio se confundiu alguns piqueniques com as grandes manifestações de trabalhadores realizadas pela CGTP-Intersindical Nacional em dezenas de localidades do País com particular destaque para Lisboa e Porto.

Não bastaram os apelos, as súplicas e a manipulação de alguns órgãos de comunicação social para mistificar os objectivos dos que não se identificam

com os ideais e as grandes transformações de Abril. Não basta isso como não basta a ameaça à repressão e à provocação.

Arrancaram e destruíram centenas de panos e cartazes nalguns casos com o apoio da GNR, apagaram inscrições e murais, desmontaram palcos e proibiram a colocação de bancas e estrados.

A tentativa de impedir o desfile unitário na baixa do Porto fracassou rotundamente, porque que os democratas portugueses, com serenidade, mas com firmeza acorreram em massa àquele local de tantas tradições históricas ligadas à luta pela democracia.

Foi essa mesma serenidade que, também em Lisboa e no mesmo dia, se evitou qualquer incidente quando, inexplicavelmente, carros da polícia de intervenção irromperam pelo meio da multidão concentrada no Rossio, com a desculpa tola que se tinham enganado no percurso.

Está por saber mas a História há-de provar e desmascarar por que é que, e quem sob a sigla confusionista provocatória das FP-25, precisamente nas

vésperas do 1.º de Maio quando os trabalhadores se preparavam para comemorar pacificamente o seu Dia Mundial, foi levado a cabo um acto terrorista que vitimou uma senhora e uma criança acrescentando este crime ao assassinato recente do sindicalista algarvio. A quem servem estes actos terroristas? Aos trabalhadores, aos democratas não é de certeza!

Mas os factos mostraram que nada consegue sufocar a vontade de um povo unido e decidido à luta.

A grande participação popular nas comemorações destas datas históricas a par do fiasco rotundo das comemorações governamentais para além de constituir uma grande afirmação de unidade democrática, para além da confiança que foi manifestada pelos trabalhadores provou que o Governo perde cada vez mais a sua base social de apoio.

25 de Abril foi mais do que uma jornada festiva. Revelou que apesar de ferido, atacado e traído nos seus mais belos ideais e nas suas profundas transformações, por parte dos sucessivos governos de direita,

ele está vivo e bem vivo no coração do nosso povo. Revelou que existe uma base social e política poderosa e alargada capaz de encontrar uma alternativa democrática; que estão criadas as condições para a unidade de acção ou pelo menos a acção convergente de todas as forças democráticas e patrióticas na busca das soluções nacionais que conduzem a essa alternativa e, finalmente, que amadureçam as condições para a demissão deste Governo, conduzindo-se assim Portugal aos caminhos rasgados com a Revolução libertadora do 25 de Abril através da formação dum Governo democrático com uma nova política democrática, reclamada por milhões de portugueses.

No 1.º de Maio as palavras de ordem e os panos das empresas, faziam compreender porque é que os trabalhadores reclamam uma nova política e um novo Governo democrático.

Estiveram ali dezenas de milhares de homens e mulheres com os salários em atraso, as centenas de milhares de desempregados e contratados a prazo, a juventude à procura do primeiro emprego, os reforma-

dos que recebem uma miséria de reforma cada vez mais degradada com o aumento vertiginoso do custo de vida.

Estavam ali os sectores mais combativos da classe operária que não vergaram à repressão governamental e lutam pela defesa dos seus direitos como os trabalhadores da Marinha Grande, da Lisnave e da Sorefame.

Mas com eles, desde trabalhadores dos serviços aos intelectuais e quadros técnicos, foram muitos a aqueles que se juntaram ali pela primeira vez sobre o lema «lutar por Maio, para cumprir Abril!».

Os trabalhadores demonstraram que os seus problemas não se podem resolver com panaceias ou com o recurso à polícia de intervenção, tentando calar à bastonada o seu protesto e a sua luta.

E se o Governo julga que, passado o 1.º de Maio estão reunidas as condições para aumentar os preços, alterar a legislação laboral, nomeadamente a Lei da Greve e dos despedimentos, desiluda-se!...

Os trabalhadores não estão dispostos a que sejam eles a pagar todo o preço da crise.

Sabem que esta política pode ter servido e serviu os interesses dalguns grandes capitalistas, dos especuladores e intermediários, mas não serviu nem o povo português, nem o País, face ao agravamento dos grandes problemas nacionais. E invente o Governo as «insurreições» e atordadas que inventou que, quando ameaçar degradar ainda mais o nível de vida dos trabalhadores e atacar qualquer direito inscrito na Constituição e na Lei, haverá decerto a sua resistência e a sua luta. Um Governo que faz a guerra social aos trabalhadores tem os dias contados.

Dez anos de Abril e Maio em Liberdade foram comemorados. Diferentes do 25 de Abril e do 1.º de Maio de 1974 é certo. Mas as dificuldades, as tentativas de diluição das conquistas obtidas e os perigos, temperaram a determinação e a consciência de milhões de homens e mulheres que quiseram manifestar a sua vontade inquebrantável de prosseguir irreversivelmente o caminho do progresso da justiça e da independência nacional.

«Ninguém mais cerra as portas que Abril Abriu!».

«Mota Pinto desta AD distória»

«Esta vitória pontual do Povo português contra o aumento do custo de vida, constitui um estímulo à continuação da luta, caso o Governo volte à carga com novos aumentos, principalmente o do pão.»

«No plano eleitoral, correspondendo ao crescente desdém da política do Governo, os partidos da actual coligação, com particular relevo para o PS, foram fortemente penalizados em todas as eleições intercalares para as autarquias efectuadas nos últimos meses, sofrendo pesadas derrotas. Pelo contrário, em todas essas eleições, nomeadamente no Redondo, S. Pedro da Cova, S. João da Madeira e Lamego, a APU sobe substancialmente em votos e em percentagem.»

«Noutro plano, a aprovação na Assembleia da República e a promulgação pelo Presidente da República, na véspera do 25 de Abril, da Lei sobre a despenalização do aborto, representa uma grande vitória das mulheres portuguesas e de todas as forças progressistas do nosso País.»

Já no fim da sua intervenção, Jaime Serra declarou: «Podemos afirmar com confiança que se aproxima o dia em que o Governo de Mário Soares e Mota Pinto terá o mesmo destino dos governos da "AD" — o caixote do lixo da História!»

«Precisamos de continuar a luta e dar-lhe o empurrão final para que vá para a rua! As gloriosas jornadas de Abril/Maio, vieram confirmar que, como o nosso Partido tem afirmado, existe uma base de apoio social e política, poderosa e bastante ampla, para uma alternativa democrática. Confiado ficou também, que estão criadas as condições fundamentais para a unidade e para a acção comum ou convergente de todas as forças democráticas e patrióticas capazes de conduzir a uma alternativa democrática por que o nosso povo anseia e luta.»

«As grandiosas jornadas de Abril e Maio confirmaram também que a alternativa democrática de que o País carece só pode ser encontrada com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores.»

«A unidade popular obtida nas grandiosas jornadas de Abril e Maio, onde milhões de portugueses se encontraram de mãos dadas, confirmam que é possível a unidade de todos os democratas e forças políticas que desejam defender e prosseguir Abril, entre os quais se afirma cada vez mais como força necessária, indispensável e insubstituível, o glorioso Partido dos trabalhadores — o Partido Comunista Português!»

«As políticas e o plano institucional, é a política de coligação, a política de obrigar o Governo Constitucional, anulando as importantes decisões do Governo "AD" — a nefasta política de liquidar o Serviço Nacional de Saúde assim como a decisão do mesmo Governo de reduzir os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

«Impediram os trabalhadores de fazerem a greve, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

«A política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

«A política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

«A política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

«A política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

«A política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

«A política de cortar os salários, a política de cortar os salários, a política de cortar os salários...»

TRABALHO NAS AUTARQUIAS

Encontro de quadros na Amadora

O trabalho do Partido nas autarquias do concelho (o estilo de trabalho dos eleitos comunistas, balanço da actividade realizada e acções a desenvolver) — este é o tema em agenda para o Encontro Concelhia de Quadros do PCP para o Trabalho Autárquico, que decorrerá no próximo sábado, dia 12, na Amadora.

O encontro tem início marcado para as 14 e 30, na sala de convívio do Clube Recreativo da Pereira e Brito, na Rua Elias Garcia.

Estarão presentes um elemento do Executivo da DORL e o camarada António Cordeiro, membro suplente do Comité Central.

A iniciativa é da Comissão Concelhia da Amadora do PCP.

Gondomar

A situação política actual, as tarefas do momento e a necessidade de reforço do Partido serão temas em foco na reunião concelhia de quadros que se realiza amanhã, (dia 11) às 21 e 30, em Gondomar, no Centro de Trabalho da Ponte.

S. Pedro da Cova

Com uma agenda idêntica, reúnem-se no sábado os militantes comunistas de S. Pedro da Cova, às 21 horas, na Junta de Freguesia local.

O camarada Sérgio Teixeira, da DORP e do Comité Central participam em ambas as reuniões.

Sábado Colóquio em Setúbal

Património cultural e natural

Enquadramento nas actividades preparatórias da I Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP, a efectuar brevemente, a Comissão Concelhia de Setúbal promove no próximo sábado (dia 12) um debate-colóquio sobre o tema Património Cultural e Natural e a Defesa do Meio Ambiente.

Em discussão estarão os seguintes aspectos: caracterização do distrito de Setúbal e o papel das associações, autarquias, escola e juventude face ao tema património.

A sessão decorrerá em dois períodos de trabalho: das 9 e 30 às 12 e 30 e das 14 e 30 às 17 e 30, com pequenos intervalos durante o dia.

Local de realização: sala de sessões da Câmara Municipal de Setúbal.



Festa do Trabalho e da Paz

A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.

S. Lourenço

Os militantes comunistas da freguesia de S. Lourenço (Azeitão) realizam a sua segunda Assembleia da Organização no dia 19 de Junho, a partir das 14 horas, no «Bolinhense». Entretanto, já no próximo sábado decorrerá em S. Lourenço um almoço-convívio com caldeirada, iniciativa integrada na campanha pró-Centro da DORS. A confraternização realiza-se também no «Bolinhense».



3.ª Assembleia da célula da Lisnave

Sob o lema «reforçar o Partido, alargar a unidade, para continuar Abril», decorreu no último domingo, dia 6, em Almada, a 3.ª Assembleia da Célula da Lisnave do PCP, que registou a participação da camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que interveio nos trabalhos.

A caracterização dos grandes esteiros, a situação actual da empresa e os problemas que os seus 5755 trabalhadores enfrentam, as perspectivas da luta e por outro lado, questões de organização da célula foram os conjuntos de temas levantados pela Assembleia, como aliás se depreende do documento central que inclui as conclusões e directões de trabalho apontadas pelo colectivo que reuniu numa atmosfera de empenhamento e determinação, abrindo com o seu debate, a perspectiva de um valioso contributo para o reforço do organismo.

Recorrendo ao documento principal da Assembleia, onde se concentram os aspectos fundamentais da discussão, da análise dos problemas e das situações, das preocupações, das ideias e das direcções de trabalho definidas pela célula, aqui ficam alguns aspectos fundamentais retirados do conjunto dos debates sobre questões de organização realizados pelos camaradas da Lisnave no quadro da sua 3.ª Assembleia.

Assim, para o melhoramento do trabalho de direcção são apontadas as seguintes tarefas fundamentais: Consolidar a estabilidade e o funcionamento dos organismos de direcção. Instituir as reuniões de zona descentralizadas mensalmente. Realizar reuniões para todos os membros do Partido por áreas de residência. Melhorar o conteúdo e a preparação das reuniões, definindo melhor a prioridade dos assuntos que mais interessam, estabelecendo as ordens de trabalho, com antecedência devida, de forma a possibilitar que todos os camaradas nos seus organismos possam reflectir sobre eles e dar assim um maior contributo. Elevar o trabalho de Direcção e apoiar os núcleos para rápido melhoramento do seu trabalho e uma maior participação das reuniões.

Mobilizar os camaradas para uma maior participação nos cursos. A Assembleia da célula apontou também as «tarefas principais do trabalho de organização»: Melhorar a ligação do Secretariado à Célula. Criar condições para que os núcleos com um número excessivo de membros possam ser estruturados. Melhorar a planificação do trabalho individual e colectivo. Discutir regularmente os problemas de organização em toda a Célula por forma que esta tarefa possa ser cumprida com êxito. Ligar ainda mais estreitamente os organismos às massas. Combater o sectarismo por forma a consolidar e alargar a influência do Partido. Prosseguir de uma forma organizada o recrutamento para o Partido, tanto entre os homens e mulheres que já hoje participam regularmente nas

iniciativas partidárias, como entre aqueles que agora se aproximam do Partido e se mostram identificados com os nossos objectivos de luta. Reforçar o apoio e enquadramento dos camaradas membros de estruturas unitárias. Fazer com que a definição das tarefas seja o resultado de uma discussão o mais ampla possível de modo a animar e ganhar a organização no seu conjunto. O recrutamento deve ser cuidadosamente acompanhado. Todos os novos membros do Partido devem ser contactados rapidamente, esclarecidos sobre as normas orgânicas e sobre o organismo onde possam actuar. Destacando a necessidade de «medidas práticas para a melhoria, alargamento e aperfeiçoamento do trabalho ideológico», a 3.ª Assembleia refere as seguintes orientações para esta frente: Reforçar a Comissão para o Trabalho Ideológico. Elevar o nível geral de preparação ideológica dos militantes, educando os militantes nos princípios do Marxismo-Leninismo e do Internacionalismo Proletário. Divulgar as propostas do Partido para a solução dos problemas da empresa. Responder prontamente às agressões ideológicas. Melhorar a divulgação e o estudo das edições do Partido, e mobilizar os camaradas a participarem em cursos ideológicos. A Assembleia salientou também um conjunto de medidas

fundamentais para melhorar o trabalho de informação e propagação e o trabalho de fundos: Ganhar toda a Célula para a ideia de que a actividade de agitação, informação e propagação é tarefa de todos os militantes. Assegurar uma melhor coordenação, unificação e planificação do trabalho de propagação a nível da Célula. Melhorar o trabalho de direcção desta frente, de modo a mobilizar mais camaradas para esta importante tarefa. Melhorar a coordenação entre a SIP Central e as SIPs sectoriais. Constituir SIPs em todos os sectores. Reforçar urgentemente a Comissão de Fundos, conforme o já decidido pelo Secretariado que agora cessa as suas funções. Realizar o controlo efectivo dos fundos da Célula e um melhor acompanhamento dos camaradas que estão com esta frente de trabalho. Continuar a tomar medidas para a regularização das quotizações, continuando a campanha para o aumento das mesmas. Que todos os núcleos passem a dar contas regularmente, ultrapassando o problema das dívidas que se arrastam pelo tempo. Discutir com profundidade na Célula o aumento da quotização e a regularização do seu pagamento, continuando a trabalhar para que a quota mínima na Célula seja de 70\$00 e no final do ano se atinja a quota média mensal de 100\$00.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

iniciativas partidárias, como entre aqueles que agora se aproximam do Partido e se mostram identificados com os nossos objectivos de luta.

Reforçar o apoio e enquadramento dos camaradas membros de estruturas unitárias. Fazer com que a definição das tarefas seja o resultado de uma discussão o mais ampla possível de modo a animar e ganhar a organização no seu conjunto.

O recrutamento deve ser cuidadosamente acompanhado. Todos os novos membros do Partido devem ser contactados rapidamente, esclarecidos sobre as normas orgânicas e sobre o organismo onde possam actuar.

Destacando a necessidade de «medidas práticas para a melhoria, alargamento e aperfeiçoamento do trabalho ideológico», a 3.ª Assembleia refere as seguintes orientações para esta frente: Reforçar a Comissão para o Trabalho Ideológico. Elevar o nível geral de preparação ideológica dos militantes, educando os militantes nos princípios do Marxismo-Leninismo e do Internacionalismo Proletário. Divulgar as propostas do Partido para a solução dos problemas da empresa. Responder prontamente às agressões ideológicas. Melhorar a divulgação e o estudo das edições do Partido, e mobilizar os camaradas a participarem em cursos ideológicos. A Assembleia salientou também um conjunto de medidas

fundamentais para melhorar o trabalho de informação e propagação e o trabalho de fundos: Ganhar toda a Célula para a ideia de que a actividade de agitação, informação e propagação é tarefa de todos os militantes. Assegurar uma melhor coordenação, unificação e planificação do trabalho de propagação a nível da Célula. Melhorar o trabalho de direcção desta frente, de modo a mobilizar mais camaradas para esta importante tarefa. Melhorar a coordenação entre a SIP Central e as SIPs sectoriais. Constituir SIPs em todos os sectores. Reforçar urgentemente a Comissão de Fundos, conforme o já decidido pelo Secretariado que agora cessa as suas funções. Realizar o controlo efectivo dos fundos da Célula e um melhor acompanhamento dos camaradas que estão com esta frente de trabalho. Continuar a tomar medidas para a regularização das quotizações, continuando a campanha para o aumento das mesmas. Que todos os núcleos passem a dar contas regularmente, ultrapassando o problema das dívidas que se arrastam pelo tempo. Discutir com profundidade na Célula o aumento da quotização e a regularização do seu pagamento, continuando a trabalhar para que a quota mínima na Célula seja de 70\$00 e no final do ano se atinja a quota média mensal de 100\$00.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

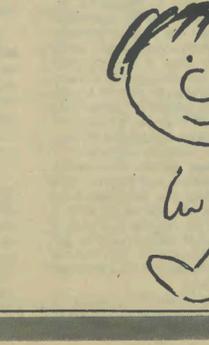
Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.

Os trabalhos decorrerão na «Voz do Operário», com início às 10 horas. Além de questões orgânicas, tendo em vista o reforço do Partido, a Assembleia discutirá assuntos de importância destacada para todos os trabalhadores bancários. O desenvolvimento da luta em defesa da Banca nacionalizada e dos postos de trabalho, contra a abertura de novos bancos privados e a luta em defesa dos interesses mais imediatos dos bancários, serão naturalmente temas em foco no decurso da Assembleia.



FESTA DA AMIZADE 84



também manifestação viva de arte, cultura e luta, com exposições, colóquios, filmes e outras iniciativas a preencher vastos espaços da programação, a que nos referiremos em detalhe numa das próximas edições do «Avante!».

Registe-se desde já que o ponto alto da componente política será um grande comício, no dia 10, com a participação da camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central. Atenção, pois, à conhecida festa de Aveiro. Vamos tomar nota na agenda!

Jogos Florais — A Comissão Concelhia de Almada do PCP decidiu realizar, no quadro da Festa da Amizade/1984, os Segundos Jogos Florais Bienais da Amizade, com as modalidades de Poesia: quadra popular ou poema livre; e Prosa: conto, ensaio ou narrativa histórica, nas categorias «Juvenil» (até 18 anos) e «Adulto».

Todos os trabalhos, em qualquer das modalidades, deverão, directa ou indirectamente, pôr em relevo as grandes ideias de progresso da humanidade, da paz e da amizade entre os povos, a força da democracia e do socialismo na condução do mundo a favor da libertação do Homem. Data limite de entrega: 20 de Maio. O Regulamento está em distribuição em todos os Centros de Trabalho do PCP do concelho de Almada, podendo ser pedidos esclarecimentos pelos telefones 275 27 77 e 275 39 39, ou no Centro de Trabalho concelhio — Rua Professor Egas Moniz, em Almada. A Comissão Organizadora dos Jogos Florais da Amizade apela a todos os camaradas e amigos a participar nesta iniciativa. Independentemente da decisão do júri sobre a qualidade dos trabalhos apresentados a concurso, a Comissão Organizadora considera da máxima importância o empenhamento individual para fazer desta iniciativa o êxito cultural que o nosso Partido vem afinadamente procurando, e de que a Festa da Amizade deve ser um expoente. Recorde-se, entretanto, que aos sábados, domingos e feriados prosseguem as jornadas de trabalho voluntário para a implantação da Festa.

«Festa da Amizade em festa»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«Festa da Amizade em festa»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«Festa da Amizade em festa»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

«A primeira jornada de trabalho voluntário para a Festa do Trabalho e da Paz em Setúbal já tem a data: sábado próximo, dia 12. O apelo à participação nesta jornada para erguer a festa aqui fica. Festa que promete animar a cidade de Setúbal nos dias 8, 9 e 10 de Junho. Para já, estão confirmados os seguintes artistas: Rui Veloso, Janita Salomé, Esmeralda Amedo, grupo «Cantares», Grupo de Campolide e vários ranchos folclóricos. A Festa do Trabalho e da Paz decorrerá no Parque das Escolas em Setúbal.»

Poder local

Nova freguesia APU em Trás-os-Montes

Os partidos do governo continuam a perder...

Eleições suplementares em quatro freguesias se realizaram no último domingo. Raro, aliás, vem sendo o domingo em que, algures no Continente ou nas Regiões Autónomas, novas eleições não venham repor órgãos autárquicos, quase sempre em resultado de desentendimentos entre os eleitos pelos partidos da direita e do PS, cada um a querer abocanhar os outros, ou cobigando todos eles os lugares conquistados pela APU.

As populações, essas, ficam esquecidas, os problemas mais prementes todos por resolver. Muitas vezes, caciques contra caciques

em zonas onde a direita ainda domina, um deles ganha — e tudo fica na mesma.

Mas cada vez menos. Assim foi neste fim-de-semana: como sublinhou a SIP do CC do PCP em comentário que lhe foi solicitado por alguns órgãos de comunicação social, dos quais alguns escolheram obviamente a omissão, os resultados verificados para estas Assembleias de Freguesia, tal como numerosas eleições suplementares para órgãos autárquicos que se têm verificado, confirmam as estrondosas perdas eleitorais dos partidos do Go-

verno, em particular o PS, e os generalizados e significativos progressos da Aliança Povo Unido. E a SIP destaca naturalmente a vitória da APU em Santo André de Vilar de Perdizes, uma freguesia transmontana do concelho de Montalegre, e a subida em votos e percentagem em Santa Marinha, no concelho de Seia, Beira Interior.

Com efeito, em Santo André, ao conseguir 92 dos 171 votos expressos, a APU — que tinha como única lista opositora a do PSD — conseguiu a maioria absoluta e a presidência da Junta. A APU, que

ali concorreu pela primeira vez, apresentara como cabeça de lista o anterior presidente da Junta, eleito então pelo PS, partido desacreditado na freguesia pelas suas medidas governamentais antipopulares e pela incapacidade de cumprir as promessas eleitorais feitas localmente.

Os resultados eleitorais — festejados em Santo André, noite fora, pela população nas ruas — mostram, como acentua ainda a SIP, o rápido e crescente isolamento e redução da base de apoio do Governo e o reforço da con-

fiança popular no PCP e na APU e na sua capacidade de contribuir para a resolução dos problemas das populações.

Nas restantes freguesias foram os seguintes os resultados:

Santa Marinha (Seia) — o CDS obteve 297 votos, o PS 115 e a APU 26; Alconçosta (Fundão) — a única lista concorrente, a do CDS, obteve 272 votos dos 317 expressos; Achadinhã (S. Miguel — Açores) — a Assembleia de Freguesia, que era de maioria socialista, passou agora a ter maioria do PSD, a outra única lista concorrente.

Pacote autárquico em debate em Loures

Está marcado para o próximo sábado, nas instalações da Câmara Municipal, um anunciado debate sobre os efeitos da nova legislação autárquica, promovido pelo Município de Loures.

Este debate, efectuado sob o lema «Defender o Poder Local democrático» será aberto a todos os interessados, nomeadamente representantes dos órgãos autárquicos de todos os níveis, elementos de associações, colectividades e organismos sociais e económicos concelhios.

Proposto pela Assembleia Municipal na sua última reunião, o debate — que decorrerá a partir das 15 horas — irá debruçar-se sobre diversos pontos da nova legislação autárquica, nomeadamente os seus efeitos na gestão municipal, no futuro e na estabilidade dos trabalhadores do município e o reflexo que terá na população em geral.

O objectivo deste debate — segundo acentua em comunicado a Câmara — nasceu do entendimento de que as novas leis sobre a gestão autárquica dizem respeito a todos os municípios e de que a sua importância para o futuro dos municípios e o reflexo que irão ter na vida da população devem ser analisados e aprofundados.

Nesse sentido se insere igualmente a campanha de sensibilização empreendida, com vista a que todos os interessados participem e colaborem com ideias, sugestões e intervenções.

«APU presta contas» em Setúbal

Eleitos municipais e da freguesia de S. Sebastião — Setúbal —, membros da APU e activistas do Povo Unido, realizaram no passado sábado de manhã uma jornada de contactos com a população de Pontes e da Gâmbia, localidades da freguesia. No porta-a-porta levado a efeito, foram distribuídas centenas de exemplares de folhetos dando conta do trabalho realizado pelas autarquias e das dificuldades que o Governo, não cumprindo a Lei das Finanças Locais, causa ao progresso e à melhoria das condições de vida das populações.

No final desta jornada, realizada sob o lema «A APU presta contas», realizou-se um almoço de confraternização em que participaram activistas da APU e amigos que se juntaram ao convívio.

Terra

Agricultores de Cabeceiras de Basto impõem abertura da feira de gado

Na sequência de uma longa luta, no decorrer da qual foi possível reforçar a unidade e ultrapassar múltiplas manobras das autoridades oficiais e designadamente dos técnicos do MAFA, os agricultores do concelho de Cabeceiras de Basto obtiveram uma importante vitória ao conseguirem impor, na

passada segunda-feira, pela segunda vez consecutiva, a abertura da feira de gado naquela vila.

Esta luta vitoriosa dos produtores de gado da região — que há mais de um ano vinham reclamando a abertura das feiras — culmina um processo mais

reciente iniciado no passado mês de Abril, altura em que agricultores do concelho com o apoio da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga decidem estabelecer diversos contactos com entidades governamentais e desencadear acções com vista a acabar com a situação de au-

téntico desastre que lhes vinha sendo imposta.

Recorde-se que foi graças a esta movimentação, após reuniões com presidentes de câmara e técnicos e sobretudo depois da concentração de mais de 1500 agricultores seguida de desfile e corte de es-

trada realizada em finais do último mês, que foi possível vencer os desígnios dos responsáveis oficiais que se preparavam — segundo refere uma nota da SIP da DORM do PCP divulgada a propósito destes acontecimentos — para não mais abrir as feiras.

CEE? só se for para exportarmos silvas e matos...

— lavoura de Braga toma posição

Será que os que tanto interesse têm mostrado pela nossa rápida adesão à CEE conhecem o estado actual da agricultura portuguesa e em especial a estrutura fundiária do Minho?, ou será que os responsáveis pela nossa agricultura pensam exportar silvas e matos? Quem assim se interroga é a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB) num documento dirigido aos homens do campo da região no qual passa em revista alguns dos aspectos mais salientes da situação presente que se vive no sector.

No entender daquela estrutura representativa dos agricultores — para quem estamos a viver neste domínio «a pior fase da última década» —

nem mesmo o actual estado de ruína impede que se continuem a praticar preços insustentáveis para lavar, fresar, gradar ou qualquer outro trabalho que exija máquinas.

Tais preços — os mais caros da Europa — derivam do facto de os proprietários de máquinas agrícolas serem obrigados a adquirir o gásóleo ao mesmo preço com que é comercializado para os outros sectores — ao contrário do que se verifica na maioria dos outros países —, muito embora haja promessas e inclusive legislação (portaria 256 - C/83 de 5 de Março) no sentido de estabelecer um subsídio para aquisição do «precioso líquido».

Focando de seguida o programa «Campanha Cerealifeira», projecto em que os Servi-

ços de Extensão Rural do Ministério da Agricultura dispenderam milhares de contos, a Associação de Braga considera que tal iniciativa constitui um autêntico «malogro».

As promessas de «mundos e fundos» feitas aos produtores de milho grão, após o incremento ao programa «Procalfer», da atribuição de prémios aos produtores dos melhores campos de milho, da atribuição de um subsídio às sementes dos milhos híbridos, da garantia de preços de escoamento, sucedeu-se nesta campanha de 84 — numa altura em que muitos agricultores estavam já a ganhar para continuar a produzir milho grão — um tremendo retrocesso, quase tudo voltando a ser como antes.

Com efeito as sementes dos

milhos híbridos que anteriormente com o subsídio do Estado ficavam ao produtor a 45 escudos/quilo passaram este ano para 140 e 170 escudos/quilo e o subsídio acabou; os prémios para os melhores campos de milho também foram extintos; a garantia de escoamento da produção de 84 a preços compensadores deixou de existir dado que os preços já anunciados são inferiores aos custos de produção.

Considerando a entrada da peripneumonia no nosso País como uma negligência das autoridades oficiais, os agricultores de Braga insurgem-se também contra o encerramento das feiras, «uma outra catástrofe», como lhe chamam — sem que tenham sido criadas outras alternativas à comercialização do grão. Esta situação é tanto mais grave quanto se sabe existirem numerosos técnicos e agricultores que em de-

vido tempo alertaram os responsáveis para a necessidade de incrementar a vacina contra a referida doença.

Mas para a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga os problemas resultantes da política agrícola do Governo PS/PSD não se ficam por aqui. A agravar este estado de coisas estão ainda o não pagamento desde Março de 83 do seguro de reses abatidas por doença, a ausência de um seguro de colheitas que sirva de facto os agricultores e a ameaça de novos aumentos nos adubos, nas rações, nos pesticidas, nas sementes e no gásóleo, isto apesar de sermos o País da Europa que menos fertilizantes utiliza mas que, paradoxalmente, é ao mesmo tempo aquele em que eles são mais caros.

Daí, por inevitável, a pergunta que a ADADB deixa: «Será este o preço para entrarmos para a tal CEE?».

Nacional

19 e 20 de Maio, em Lisboa

II Congresso do MDM

● Pela igualdade, no respeito pela diferença

Levar mais longe e dar mais força ao entendimento e à solidariedade, tornados possíveis porque, na grande diversidade de meios, de opiniões e de crenças, as mulheres se encontram generalizadamente na luta pela emancipação e pela igualdade social — esse é o objectivo do MDM ao organizar o seu II Congresso, marcado para 19 e 20 de Maio no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Mulheres em movimento pela igualdade e pela paz, o lema escolhido, tem desde já raízes feitas nos numerosos encontros de mulheres que se realizaram nos últimos meses — foi Leiria, Setúbal, Santarém, Coimbra, Lisboa, o Encontro de Mulheres do Norte, centenas de acções no 8 de Março — que têm vindo a precisar quer os problemas quer os objectivos da luta das mulheres portuguesas, agora que se celebram 10 anos da vitória de Abril, que foi também para as mulheres um marco inapagável. «Um avanço colossal», como lhe chamou Luísa Amorim, que em conferência de imprensa para falar do Congresso esteve acompanhada na sede do MDM por Maria José Gomes, também do Secretariado Nacional, e por Ilda Monteiro, do Conselho Nacional e da Direcção Distrital de Setúbal. E isso, pese embora as dificuldades que imediatamente começaram a ser semeadas pelos governos do PS e da direita, e a crise que neste momento alastra dramaticamente e com maior incidência sobre as mulheres — as primeiras a serem despedidas, as vítimas maiores dos contratos a prazo e dos salários em atraso.

Do «novo» conteúdo — e da forma nova

Mas este movimento não se afirma unicamente nas aproximações e reivindicações que se vêm afirmando e que melhor se precisarão no Congresso: a sua própria organização se define como «organizada mas aberta», com 800 congressistas eleitas por todo o País, com direito à palavra e a voto, e com as convidadas — que o serão não apenas as que o forem pelo MDM mas todas as que acorrerem ao Pavilhão dos Desportos — a poderem intervir. Bastará que se inscrevam.

Será uma diferença entre muitas a marcar este Congresso, debate organizado num painel de três temas que abarcam toda a problemática feminina: mulheres em movimento, pela igualdade e a democracia; movimento de mulheres, por mulheres — o MDM, em defesa da vida e da paz.

Deste debate se pretende que decorra a aprovação da Carta dos Direitos da Mulher — um documento que tem vindo a ser enriquecido desde que o III Encontro Nacional do

MDM o esboçou. Desde então, como se sabe, quer no plano geral quer no âmbito das suas organizações específicas — MDM, CUM's, Departamentos Sindicais de Mulheres, outras estruturas — as mulheres têm tomado posições crescentemente empenhadas na vida social e política, têm contribuído de forma relevante para a defesa das liberdades, direitos e outras conquistas da Revolução de Abril e têm, paralelamente, clarificado, assumido e

to azado para avaliar do que foi cumprido e do que foi ignorado ou mesmo, nos últimos anos, subvertido. Das responsabilidades do Poder, chamado, em primeiro lugar, a tomar medidas para pôr em prática os preceitos numa e noutra enunciados. E do que as mulheres se impõe, no campo da luta pelos seus direitos, para os fazer viver, por muito que em muitos casos estejam até já inscritos na nossa Lei.

Da cultura — e da festa

Mas, segundo as suas dirigentes, este «espaço aberto» que vai ser o Congresso abre-se para muito mais do que o debate: «a alegria de estar jun-



lutado pelas suas reivindicações próprias, agora sintetizadas pelo MDM numa fórmula feliz: **pela igualdade homem-mulher, na salvaguarda da diferença.**

As dirigentes do MDM sublinharam a propósito um facto — coincidir este seu II Congresso com o fim da Década da Mulher, proclamada pela ONU para 1975/1984 — e ainda um outro: ter o Governo português ratificado entretanto a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação. Aqui, em Portugal, 1984, será sem dúvida este II Congresso do MDM o momen-

to do internacionalismo: entre as participantes haverá representantes da Federação Democrática Internacional das Mulheres e de Movimentos e organizações nacionais de mulheres quer de países socialistas quer de países capitalistas.



Corticeiros em luta por melhor vida

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora alerta em comunicado dirigido aos tiradores e ajuntadores de cortiça para que no decorrer do corrente ano a prestação do seu trabalho seja paga com um salário mínimo/dia de 2000 e 1800 escudos respectivamente.

Esta posição do Sindicato surge na sequência de várias reuniões recentemente efectuadas a que estiveram presentes centenas de trabalhadores do sector e no decorrer das quais foi unanimemente considerado tomar tal posição.

Para os trabalhadores este salário está ainda muito longe daquele que seria justo pagar por todo o «suor e esforço» despendido dado que os agrários ainda obtêm um lucro de 70 por cento do valor total da cortiça, isto sem que tenham rigorosamente trabalho nenhum. Com efeito é sabido que nesta actividade os agrários só

dão trabalho neste período, do qual retiram lucros elevadíssimos, não se prestando fora dele a efectuar qualquer tipo de investimento na limpeza e conservação dos arvoredos. Não é desconhecida também, por outro lado, a sua congénita aversão ao progresso e ao desenvolvimento da agricultura, a sua sistemática sabotagem à economia, não semeando, deixando terras, pomares, olivais e águas abandonadas.

Só no distrito de Évora o número de herdades abandonadas ou subaproveitadas eleva-se a cerca de 200, situação esta tanto mais escandalosa quando se sabe contar com a descarada complicitude do Governo dirigido por Mário Soares. É aliás na origem desta política que certamente poderemos ir encontrar, como bem sublinham os trabalhadores, as razões para os constantes aumentos de bens essenciais como o pão, a carne e o leite, produtos «cada vez mais dis-

tantes dos lares dos operários e de outras camadas mais desfavorecidas da sociedade».

Daí, pois, a crescente mobilização dos trabalhadores em torno do seu Sindicato. Na hora presente, como tarifas centrais, continuam a estar a luta pela revogação da lei n.º 10 de cortiça 189/C/81 (diploma que está a prejudicar gravemente a economia nacional a permitir a degradação da produção corticeira, dos montes e a dar origem à corrupção em torno da comercialização da cortiça) e a luta contra as terras abandonadas e pelo direito ao trabalho assegurado.

Naturalmente que a concretização destes objectivos é inseparável de uma política virada para o desenvolvimento da agricultura e da economia, para o progresso e o bem-estar dos portugueses. Os trabalhadores ligados ao sector corticeiro sabem-no. Por isso exigem um novo governo e uma nova política.

Trabalhadores

Greve hoje na Marinha Grande

Com paralisações anunciadas entre três e meia e seis horas de duração no período da tarde de hoje, a União dos Sindicatos do Distrito de Leiria convocou uma greve que abrange praticamente todas as actividades do concelho da Marinha Grande. Um pré-aviso do dia 4,

subscrito pela União e por todos os sindicatos abrangidos, chama à luta os sectores vidreiros, cerâmica, cimentos e similares; indústria metalúrgica e metalomecânica; comércio e escritórios; construção civil, madeiras, mármore e pedreiras; indústria química;

celulose, fabricação e transformação de papel, gráfica e imprensa; indústrias alimentares dos hidratos de carbono; e os transportes rodoviários. Os objectivos da forma de luta anunciada para hoje são os seguintes: «impedir o colapso económico do concelho; lutar pelo

pagamento dos salários, pela reestruturação do sector vidreiro, pelo direito ao trabalho, pela revogação do pacote autárquico; e exigência de zona industrial». A greve na Marinha Grande insere-se no desenvolvimento dos conflitos provocados pela degradação continuada da

indústria do concelho, particularmente a cristalaria, obrigando os trabalhadores a desenvolver e conjugar as formas de luta e as intervenções junto das autoridades e do Governo no sentido de pôr cobro a uma situação social insustentável com milhares de postos de trabalho

perdidos ou em risco permanente de desaparecerem, sem que surjam outros capazes de absorver um elevado índice de desemprego que desarticula e desestabiliza as actividades mais indispensáveis à vida normal do concelho da Marinha Grande.

Metalurgia e metalomecânica

Continua a «concertação» metendo a polícia

- Siderurgia Nacional invadida
- Equimetal ameaçada outra vez

Depois da segunda intervenção da polícia na Siderurgia Nacional nos últimos quinze dias, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) reitera há uma semana o pedido de audiência ao Primeiro-Ministro, feito anteriormente pelos trabalhadores a fim de procurarem soluções para a SN, uma das principais indústrias do País.

O pedido de audiência, recusado entretanto pelo ministro da Indústria e Energia, vem no seguimento de um falso acordo de revisão salarial celebrado entre o conselho de gerência da SN e os representantes dos sindicatos de direcção divisionista que abrangem apenas 750 trabalhadores dos 5000 que continuam a vender à empresa a sua força de trabalho.

Mediante esse falso acordo, que os sindicatos representativos da maioria do pessoal consideram uma forma de discriminação intolerável, inclusivamente à face das leis por que se rege a contratação colectiva, foram aprovadas em plenário nas unidades da empresa (Seixal e Maia, no Porto) paralisações parciais de trabalho, que tiveram início em 17 de Abril depois de esgotadas todas as possibilidades de negociação. Devido à intransigência manifesta do conselho de gerência daquela empresa nacionalizada, a coberto da tutela ministerial de Veiga Simão, a

forma de luta adoptada, de modo nenhum radical, incluiu concentrações que se tornaram indispensáveis para a maioria dos trabalhadores fazer ouvir as suas reivindicações junto do conselho de gerência.

Perante a recusa do diálogo e a tentativa de imposição

nessa agremiação. Unanimemente aprovada por aclamação no dia seguinte à intervenção policial de quinta-feira passada, uma moção do plenário da fábrica de Paio Pires (Seixal) decidiu «repudiar o comportamento chantagista do conselho de gerência», res-

salários de Abril, «acabando de vez com mais esta ilegalidade» traduzida, aliás, numa «retaliação aos trabalhadores pelo exercício dos seus direitos em defesa dos seus interesses».

Repudiava ainda a moção o facto de o CG «passar o processo (de negociações) para a fase de conciliação», numa altura em que inclusivamente manifestava «não ter intenção de alterar as suas posições».

Assim as reivindicações dos sindicatos representativos

carro de água, tendo feito disparos de balas sobre os trabalhadores e partido portas de vidro e janelas do edifício dos serviços administrativos».

forma já apresentada pela comissão negociadora sindical».

Ameaça de «lay off» na Equimetal

«Estão a ser estudadas medidas que poderão levar ao encerramento temporário de instalações fabris, à diminuição sensível do horário de trabalho, à suspensão temporária do contrato de trabalho e à aplicação do lay off, ameaçava, entretanto, numa informação aos trabalhadores da Equimetal do Porto, o respectivo conselho de administração. Na sexta-feira passada, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, ao revelar aquela ameaça que pesa sobre 1300 trabalhadores das três unidades fabris da empresa (Sines, Barreiro e Porto), acrescentava que os trabalhadores da Equimetal mais proximoamente atingidos, ao tomarem conhecimento da nota da administração, reuniram-se imediatamente em plenário tendo aprovado uma moção segundo a qual consideram não haver «condições para manter a laboração normal enquanto a administração não receber os organismos representativos dos trabalhadores». Por outro lado o documento referia que a má situação económica da empresa obriga, entre outras coisas, a que os directores não utilizem as viaturas da empresa para seu uso particular.

Solidariedade

A Federação dos metalúrgicos salientava entretanto «a solidariedade da população de Paio Pires, a qual, pelas 23 horas, tomando conhecimento da invasão policial, se concentrou em peso à entrada das instalações da Siderurgia Nacional, repudiando a presença das forças repressivas, as quais, a mando do Governo Soares/Mota Pinto, reprimem brutalmente os trabalhadores que lutam pelos seus direitos, mas deixam à solta terroristas e patrões caloteiros».

A direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto exigia logo na quinta-feira, após a «violência policial» em Paio Pires, «o imediato apuramento de responsabilidades pelo acontecido» e reafirmava «a sua disposição de continuar a luta pela substituição do Governo e pelo fim da sua política violentamente antipopular».

Ainda segundo a moção aprovada em Paio Pires na sexta-feira, os trabalhadores decidiram «manter as formas de luta, na forma pela qual têm vindo a desenvolver, até que o conselho de gerência dê garantias claras e inequívocas de que não procederá a qualquer discriminação no pagamento das prestações devidas aos trabalhadores, inclusive pela



Negro o futuro com este Governo, na metalurgia e metalomecânica nacionais (na foto: alto forno em Paio Pires, Seixal)

de um aumento salarial de 18,4 por cento não negociado com a comissão sindical representativa, o conflito agravou-se já que além dos salários em dívida a primeira posição do conselho de gerência foi aplicar o falso acordo (AEUGT) apenas aos 750 trabalhadores filiados

ponsabilizando-o, «bem como ao Governo, pelo conflito existente».

Retaliação

Mais referia a moção de sexta-feira que o CG deveria proceder ao pagamento dos

mantiveram-se. Manteve-se a concentração e as paralisações continuaram nesse dia, após a entrada na fábrica dos «cerca de 200 policiais da Força de Intervenção», que, segundo a FSMMMP, «invadiram as instalações fabris do Seixal com grande aparato, incluindo um



Não querem voltar ao tempo do Tenreiro

A Mútua é dos pescadores

Na mesma altura em que o Ministério do Trabalho e Segurança Social tentava burlar a opinião pública, designadamente através da actuação propagandística da Secretaria de Estado da SS, que festejou antontem um «Dia da SS» nacional, inventado à pressa talvez para se antecipar aos atrasos no pagamento de reformas e outras prestações sociais, que já se faz sentir, a Mútua dos Pescadores enfrentava o Governo mantendo em funções os corpos gerentes eleitos legalmente no domingo, apesar da intervenção policial que se verificou por duas vezes, na «Voz do Operário» e da ordem do Conselho de Ministros que mandou impedir pela força a realização de assembleias gerais, violando assim «flagrantemente o direito constitucional de reunião» e incorrendo em «grave responsabilidade civil e criminal», como assinalava antontem a direcção eleita e representativa de uma instituição social com 22 mil associados.

À moda de antigamente, o Governo insiste em impor à Mútua uma comissão administrativa e apela para tanto a uma lei do tempo de Marcelo Caetano, a qual a maioria dos pescadores mutualistas considera «tacitamente revogada» pela entrada em vigor da Constituição por que hoje se rege o País. Os corpos gerentes da Sociedade Mútua dos Pescadores foram eleitos numa assembleia geral legalmente convocada por 1491 votos expressos e expressivos, já que a lista B apoiada por gente da coligação no Governo não teve votos nenhuns.

Perante a atitude do Conselho de Ministros, que insiste na ilegalização das eleições, os corpos gerentes interpuzeram recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo e processaram o Governo pelos prejuízos que acarretaram para a Mútua as decisões do Conselho de Ministros de 10 de Abril e de 3 de corrente.

A Mútua é dos pescadores e são soberanas as decisões da sua Assembleia geral — reafirmam os eleitos para a dirigirem no próximo triénio de acordo com as leis do País.

Acção sindical / LUTAS / Actividades

● **Bancários: reforçar a intervenção** — Reunida no último fim-de-semana a Comissão Coordenadora das CTs da banca decidiu reforçar a intervenção dos trabalhadores no controlo de gestão da banca nacionalizada, pois «com as anunciadas fusões no sector o Governo pretende reduzir o número de bancos e de bancários para poder implantar os bancos privados que tem vindo a promover com o dinheiro da banca nacionalizada». O crédito mal parado, cujo montante elevadíssimo várias vezes tem sido denunciado, atinge os 270 milhões de contos, revelou a Coordenadora reafirmando que as fusões agora pretendidas pelo Governo não passam de «um aspecto particular da ofensiva contra a banca nacionalizada e contra os bancários». Foi proposto um dia de greve.

● **Salários: quase 250 mil contos de dívidas no sector químico** — Segundo a direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte é de 249 100 contos o total das remunerações devidas pelo patronato do sector. Abrangendo 29 empresas com 3261 trabalhadores, a «amostra» escolhida pelo Sindicato revela que perto de metade das dívidas são da CIFA, empresa de fibras sintéticas de Valongo pertencente aos Mellos, que deve aos trabalhadores, 503 dos quais são químicos, uma importância da ordem dos 140 mil contos. O Sindicato refere ainda os casos de outras unidades fabris como a Reeves e a Plásticos Sintex.

● **Químicos: salários reais baixam para metade** — Num estudo divulgado há uma semana, a Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica revela que o poder de compra dos trabalhadores desse sector diminuiu para metade desde 1975. Aquela organização intermédia da CGTP-IN acusa, além da política seguida pelos «sucessivos governos desde 1976», a acção dos divisionistas conluídos com o Governo e o patronato no campo da contratação colectiva. A esta situação, que exemplifica com dados concretos, a Federação dos Químicos opõe a continuação da luta firme e decidida contra o Governo e a política existentes.

● **J. Pimenta: 600 trabalhadores sem salários** — Num ambiente de repressão e intimidações e com o patrão a tentar abrir

falência, a qual segundo o Sindicato não poderá ser senão fraudulenta, a conhecida empresa J. Pimenta devia na passada quinta-feira 14 meses de salários a 600 trabalhadores da Empreendimentos Urbanos e Turismo, a principal unidade que actualmente integra a empresa. Nos estaleiros de Talaiade e Monte Abraão, perto de uma centena de trabalhadores foi obrigada pela gerência a antecipar as férias, atitude que prenuncia o despedimento. Os visados pelas «férias compulsivas» não receberam as remunerações que lhes são devidas, afirmam dirigentes sindicais que se mantêm na disposição de recusar quaisquer medidas ilegais, e fazem um apelo à continuação da luta pelos salários, pelos postos de trabalho e contra a repressão.

● **Reunião no sector público da economia** — Um debate sério na televisão foi proposto ao Governo pelos representantes dos trabalhadores e gestores eleitos do sector empresarial do Estado. Reunidos em Lisboa, quinta-feira passada, ORTs e GEs decidiram prosseguir a luta intensificando-a em todos os locais de trabalho atacados pelo Governo no âmbito da campanha contra o SEE. Na reunião foi exigido o cumprimento da Lei 46/79, no que respeita especialmente à tomada de posse e efectividade de funções dos gestores eleitos, de acordo com o prescrito por aquela Lei e não pelo Decreto-Lei 29/84 que a restringe e que ORTs e GEs consideram anticonstitucional.

● **Apelo à luta em Viseu** — Num comunicado à população do distrito, apelando à participação no 1.º de Maio e à luta por melhores condições de trabalho e de vida, a União dos Sindicatos de Viseu e 16 Sindicatos da zona, como «exemplos bem claros das consequências gravosas», que este Governo torna insuportáveis com a sua política, apontam os «despedimentos, os salários em atraso, os contratos a prazo, os encerramentos e falências fraudulentas em empresas como a Nalofar, Manuel da Costa, Lusagri, Neometa, Best, Viseu Industrial, Citroen e outras». Acrescentando que «a luta dos trabalhadores fez recuar o Governo» na imposição de novos aumentos de preços de bens essenciais e dos transportes, a União dos Sindicatos de Viseu divulga um quadro comparativo dos preços de alguns produtos, a saber:

Produto	1982	1984	%
1 kg de bife	495\$00	780\$00	57%
1 kg de frango	134\$00	228\$00	70,1%
1 kg de carapau	197\$00	354\$00	78,8%
1 kg de cebola	11\$70	120\$00	925,6%
1 kg de tomate	20\$00	143\$00	615%
1 kg de esparguete	52\$00	87\$40	68%
1 litro de azeite	185\$50	339\$00	113,3%
1 litro de leite	26\$50	39\$50	49,1%

● **Comércio: defesa da semana inglesa** — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços de Lisboa entregou na Câmara Municipal «mais de 5300 assinaturas reclamando disposições

que mantenham o pleno reconhecimento do direito à semana inglesa e ao descanso semanal obrigatório aos domingos». O Sindicato salienta que tem desenvolvido «diversos tipos de acção» contra a actuação «sigilosa» da edilidade lisboeta, neste caso que interessa directamente aos seus associados e a grande número de pequenos e médios comerciantes. O Sindicato, que reafirma a sua disposição de luta contra qualquer atentado aos direitos conquistados pelos trabalhadores, reclama o direito de manifestar a sua opinião junto da Câmara Municipal de Lisboa sobre um assunto de tanta importância e alcance para os seus filiados e demais assalariados do sector.

● **CP: desbloquear as negociações** — Após um plenário nacional de delegados sindicais e membros das CTs na sexta-feira passada em Lisboa, dezenas de activistas mantiveram-se concentrados durante sete horas em frente à sede do conselho de gerência da CP exigindo o desbloqueamento das negociações do acordo de empresa. A concentração terminou às 24 horas depois de a administração da CP se ter comprometido a reunir para o efeito com o secretário de Estado dos Transportes e com a Federação dos Sindicatos Ferroviários. O plenário e a concentração fazem parte de «uma série de acções a empreender para obrigar o Governo e o conselho de gerência a dialogar e a negociar com sentido de responsabilidade social as reivindicações dos ferroviários», assinala o secretariado da Federação.



A CIFA entre as primeiras com salários em atraso



Conservarias: a vez da ORMIS em Olhão

Internacional

Conferência sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central

A condenação do imperialismo

A Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central foi simultaneamente um tribunal da opinião pública mundial contra os Estados Unidos da América e um foro da solidariedade entre os povos. Um tribunal porque a verdade é que a administração Reagan esteve de 3 a 6 de Maio no banco dos réus, sendo severamente condenado pela sua política agressiva. Um foro de solidariedade porque de todas as partes do mundo se ouviram vozes afirmando a disposição de conjugar esforços para apoiar a justa luta dos povos da América Central pela liberdade, pela independência, pela paz.

O que foi que motivou tais tomadas de posição? Que levou organizações de todo o mundo a entrar em acordo, quando a maior parte das vezes as divergências que as separam conseguem ser mais fortes do que aquilo que as une?

Uma única resposta é possível: os crimes do imperialismo. Após ter ouvido o testemunho de nicaraguenses e de representantes de outros países da América Central, bem como de organizações e indivíduos que visitaram a região; após ter analisado os efeitos devastadores das acções económicas, políticas e militares conduzidas pela administração Reagan contra povos que há séculos

procuram libertar-se do colonialismo e da miséria, à Conferência não restava outra alternativa que a condenação de quem viola abertamente os princípios e normas da lei internacional e da Carta das Nações Unidas, e objectivamente levanta sérias ameaças à paz naquela região e no mundo.

Assim, na sua declaração final, a Conferência regista com especial preocupação que em El Salvador e na Guatemala, apesar das resoluções, apelos e exigências dos organismos competentes das Nações Unidas e de outras organizações sociais e políticas internacionais e associações de direitos humanos,

estes regimes prosseguem as violações das liberdades e dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos seus povos de que resultam assassinatos em massa, atentados e prisões arbitrárias. Além disso o povo é esmagado pela pobreza, exploração e miséria. Estas violações generalizadas dos direitos básicos fundamentais têm de provocar a ira e a condenação da opinião pública internacional.



CONFERENCE ON NICARAGUA PEACE IN CENTRAL AMERICA INTERNATIONAL CONFERENCE ON LA NICARAGUA PAZ EN CENTROAMERICA



Oriundos de todas as partes do mundo os participantes na Conferência de Lisboa — representantes das mais diversas correntes do pensamento e de organizações com distintas concepções ideológicas e filosóficas — foram unânimes na condenação da política agressiva levada a cabo pelos Estados Unidos

Honduras como base para acções agressivas contra o governo e o povo da Nicarágua e contra a luta de libertação em El Salvador, o que foi severamente condenado.

O documento alerta, por outro lado, para o perigo iminente de uma invasão da Nicarágua pelas forças armadas dos EUA e uma escalada da intervenção norte-americana em El Salvador, que na opinião dos participantes pode não só conduzir a uma guerra regional, como também ameaçar a paz no mundo.

Apelando ao apoio da opinião pública dos EUA para que pressione a actual administração da Casa Branca a abandonar a sua política agressiva, a Conferência salientou também a importância de dar o maior apoio às iniciativas de paz em curso, designadamente do Grupo Contador, do Movimento dos Não Alinhados e do Secretário-Geral das Nações Unidas, para que se encontre urgentemente uma solução política para os problemas da América Central.

A declaração final da Conferência, que condena a minagem dos portos da Nicarágua pela CIA, lamenta a posição

norte-americana face ao Tribunal Internacional de Haia e condena energeticamente a invasão militar de Granada pelos Estados Unidos bem como a sua intenção de reforçar o actual regime nesse país, termina com o seguinte apelo:

A rejeição mundial da versão moderna da doutrina de Monroe segundo a qual os Estados Unidos intervêm em qualquer país onde a sua segurança nacional seja presuntamente posta em causa. Esta doutrina — afirma-se — faz parte da desacreditada noção de esferas de interesses vitais, segundo a qual os fortes têm dominado os fracos e que contraria as normas legais claras que proíbem o recurso à força e a ingerência nos assuntos internos dos outros Estados. Além da intervenção directa, os Estados Unidos têm cometido actos de desestabilização política, sabotagem económica, terrorismo psicológico e acções de guerra contra a Nicarágua e outros Estados da América Central.

Que outra posição podem os povos tomar, perante tudo isto, que não a condenação do imperialismo?

Três sessões uma mensagem

Nome: Frente Sandinista de Libertação Nacional
Origem: Todo o povo
Actividade: Libertar a Nicarágua

Foi assim o cartão de visita com que a delegação da Nicarágua se apresentou em Lisboa para participar na Conferência Internacional. Um cartão substancialmente mais preenchido ao longo das sessões de trabalho da mesma e nas sessões públicas realizadas nos dias 3, 4 e 5, em Lisboa e no Porto, mas que no essencial os democratas portugueses retiveram como a mensagem digna de um povo em luta pela sua liberdade.

Muitos foram os que no Teatro Maria Matos (na sessão de abertura da Conferência, no dia 3), no auditório da Cooperativa Arvore, no Porto, e na Voz do Operário, em Lisboa, na sessão de encerramento dos trabalhos, sentiram a força dos que no continente latino-americano travam a batalha que nos é familiar contra a ditadura e essa outra da luta armada contra a intervenção estrangeira que não vivemos mas nem por isso desconhecemos.

Pode dizer-se que a tónica do profundo apoio popular português aos povos da América Central, com particular destaque para os povos da Nicará-

gua, El Salvador, Guatemala, Uruguai, foi dada desde logo na sessão de Maria Matos, não apenas pelos presentes que não estiveram lá a não ser pelas mensagens de solidariedade que aí fizeram chegar.

O mesmo sucedeu com inúmeras personalidades internacionais, como Indira Gandhi e Fidel Castro, que não podendo participar nesta importante iniciativa fizeram no entanto questão de se solidarizar com ela.

Impossível fazer o relato de todos os discursos nas três sessões. O importante a reter é que tanto Perez Esquivel,

Aquilino Ribeiro Machado ou Mónica Balledano (cujo discurso por razões óbvias salientamos, no suplemento), como Fernando Cardenal, Armando de Castro ou Fernando Loureiro no Porto, ou ainda Romer Chandra e tantos outros que usaram da palavra na Voz do Operário, contribuíram para elucidar a opinião pública portuguesa do carácter humanista da Revolução Sandinista, da abominável e criminosa política de Reagan contra aquele país e outros da América Central, e da heróica luta que se trava noutros países da região.

Uma mensagem que contou ainda com as canções de Mejía Godoy e do conjunto Los Palacaguina, numa música de intervenção que canta o povo, a sua luta e as suas vitórias.

Uma mensagem que o presidente do Conselho Mundial da Paz resumiu de forma clara: a guerra tornou-se hoje mais próxima; a luta tornou-se hoje uma só. Isolados não podemos ganhá-la. A tarefa principal, hoje, é unir todos os que são pela paz. Podemos ganhar esta luta. Vamos ganhá-la!

Propostas à opinião pública

Os representantes na Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela paz na América Central, realizada de 3 a 6 de

Maio em Lisboa, apresentaram no final dos seus trabalhos uma série de propostas a todos os interessados na paz e

no progresso da humanidade, que resultam da análise aprofundada da situação que se vive naquela região.

Propôs-se, em primeiro lugar, o reconhecimento do direito da Nicarágua pedir e receber todas as formas de auxílio a fim de proteger a sua integridade territorial, independência política e a sua revolução e a resposta a esses pedidos do Governo da Nicarágua.

Ao mesmo tempo, a Conferência considerou necessário apelar à participação em todo o mundo em acções concretas para uma solidariedade internacional mais intensa com a Nicarágua, incluindo manifestações e reuniões de protesto contra a política dos Estados Unidos na região, assim como o envio de auxílio material às vítimas desta política e dos crimes mercenários somozistas. Em particular os projectos de desenvolvimento do governo nicaraguense necessitam de auxílio especial.

Em terceiro lugar, propôs-se o desencadeamento de acções contra a preparação, o financiamento, o equipamento e o envio pela administração dos Estados Unidos e seus aliados de forças mercenárias contra a Nicarágua, contra a concentração provocatória e os exercícios

das forças armadas dos Estados Unidos na região e em especial contra a minagem dos portos da Nicarágua.

A Conferência propôs a declaração do dia 19 de Julho, aniversário do derrube da ditadura de Somoza, como o dia da Solidariedade Internacional para com o povo da Nicarágua, bem como o desenvolvimento e coordenação de acções e programas das organizações interessadas que trabalham em solidariedade para com ele e a sua revolução.

Finalmente, o foro internacional reunido em Lisboa decidiu apelar ao apoio vigoroso à luta dos povos de El Salvador e da Guatemala, pela sua libertação nacional e oposição à intervenção violenta dos Estados Unidos nos assuntos internos destes Estados.

Como se sublinha na declaração final da Conferência, os que nela participaram comprometem-se a não poupar esforços no combate à crescente crise na América Central e exprimem a sua firme convicção de que em última análise se não houver paz em toda a parte não pode haver paz em parte alguma.

8 de Maio não é só uma data A lógica do imperialismo

A 8 de Maio de 1945 foi assinada a acta de capitulação incondicional da Alemanha nazi. Era o fim da segunda guerra mundial. Para trás ficava o terrível saldo de 50 milhões de mortos. Hiroshima e Nagasaki perfilavam-se já no horizonte próximo.

Hoje, a segunda guerra mundial está bem longe de constituir um simples facto histórico, uma tragédia que abarcou 80 por cento da população mundial, e que por isso deve sempre ser recordada. Na verdade as lições que dela se podem extrair mantêm uma preocupante actualidade.

Desde 1945 eclodiram mais de cem guerras e conflitos militares locais e regionais. O alerta de Hiroshima e Nagasaki assume um carácter tanto mais actual quanto a escalada na corrida aos armamentos nucleares atingiu proporções incalculáveis. O potencial militar hoje armazenado no planeta permitiria a liquidação total da vida várias vezes.

Num momento em que a correlação mundial de forças e em particular o fortalecimento

do socialismo, aproximam mais e mais a perspectiva da conquista de uma paz definitiva, avoluma-se, simultaneamente, o perigo do holocausto nuclear. A política suicida seguida pela actual administração norte-americana ergue críticas mesmo de gente profundamente ligada ao grande capital e às multinacionais, como é o caso de McNamara, ex-secretário da Defesa dos EUA, que há poucos dias afirmou na capital suíça: «Para eliminar o risco de confrontação com uso de armas nucleares é indispensável não só estabelecer um controlo sobre os armamentos, mas também nós devemos rever a nossa posição sobre as questões da estratégia militar, de planificação militar e de instalação de armas nucleares, bem como examinar de novo os programas de instalação de novos tipos de armamentos», defendendo também que a ameaça de uma catástrofe nuclear diminuiu sensivelmente se a NATO se orientasse pela estratégia de não-recorso, em primeiro lugar, à arma nuclear.

Após dois meses de interrupção, reataram-se, esta se-

mana, os trabalhos da Conferência de Estocolmo sobre segurança e desarmamento na Europa. Em reunião realizada em 20 de Abril, em Budapeste, os países do Tratado de Varsóvia voltaram a salientar a gravidade da situação criada pela instalação dos novos mísseis nucleares instalados pelos EUA na Europa, e reafirmaram propostas no sentido de um compromisso de não-recorso, em primeiro lugar, à arma nuclear (já unilateralmente assumido pela União Soviética) e da conclusão de um tratado sobre a manutenção de relações de paz e não utilização da força.

Diferente é a posição dos EUA nesta conferência. Em vésperas de Estocolmo Reagan avança com uma estranha fórmula para medidas de confiança — uma informação unilateral, por parte da comunidade socialista, da estrutura e actividade das suas Forças Armadas (sem que idêntica fórmula se aplicasse às Forças Armadas dos EUA).

Claro que para esta perigosíssima política, o imperialismo

também encontra quem lhe diga amém. E não é preciso ir longe. Vale a pena referir, entre muitas declarações de Mário Soares, de aberto elogio à política de Reagan, as agora proferidas quando da visita de Luns, secretário-geral da NATO em vias de passar à reforma, e, a seu tempo, activista nazi. Apontando os SS-20 soviéticos como «ameaça mais preocupante», Mário Soares lança-se no elogio à «resposta da NATO tomada no meio de uma campanha de desinformação e de intimidação (!), de grandes proporções, lançada pelo Pacto de Varsóvia «que veio, na altura oportuna, restabelecer o necessário equilíbrio e garantir a solidez da segurança colectiva da Aliança». Os factos são reconhecidamente falsos, mas isso em nada incomoda o primeiro-ministro português. É com este tipo de apoios que conta Washing-

ton. Do outro lado da barricada está a comunidade socialista, os povos em luta pela sua libertação total, o poderoso movimento da Paz.

Napoleon Duarte proclamou-se vencedor do que intitulou de «eleições» em El Salvador. Claro que não se fala da percentagem de abstenção, nem das dezenas de vilas e localidades onde pura e simplesmente não foi possível realizar este simulacro de acto eleitoral. Não se fala das tropas nas ruas, nas chacinhas. Como se ignora a acção sistemática das forças da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que, por exemplo, impediram que o embaixador norte-americano pudesse aterrar em San Miguel, onde pretendia fiscalizar o acto eleitoral.

El Salvador é um — apenas um — exemplo, do que significa democracia ao jeito do imperialismo. Um exemplo que ainda podemos multiplicar muitas vezes, assumindo embora formas diferenciadas, em situações diversas. Passando pela América Latina, onde ainda há dias ao povo brasileiro foi recusada a eleição directa do presidente da República, apesar dos milhões que na rua manifestaram claramente tal vontade. Ou na Europa, onde as Marchas da Páscoa, com

particular relevo para a RFA, vieram relembrar a oposição popular à escalada armamentista, que a colocação dos novos mísseis norte-americanos na Europa representa.

Exemplos não faltam. Podemos mesmo limitar-nos a este mês de Maio. Na sua viagem a Pequim, Ronald Reagan defendeu, entre outras coisas, uma «alternativa» para o Kampuchea. É natural. O rumo político seguido por um processo revolucionário, não pode nunca ser do agrado do imperialismo. Quanto aos métodos e objectivos, não há qualquer embargo. O método seria uma maior ingerência dos Estados Unidos e de alguns países do Sudeste Asiático. Mas se o rumo seguido pelo povo do Kampuchea não agrada à Casa Branca, o mesmo não se pode dizer da situação política na Coreia do Sul onde, entretanto, em plena visita do Papa, a polícia reprime violentamente manifestações estudantis, organizadas contra a ditadura de Seul. Gente igualmente apadrinhada por regimes ligados a

Washington — neste caso a África do Sul — intensifica o terrorismo em Moçambique. Na última semana de Abril, bandos armados atacaram na província de Tete cinco camiões civis matando três dezenas de pessoas e ferindo outras 26. Uma escalada na acção terrorista que comprova a conhecida falta de respeito pelos acordos assinados, por parte da África do Sul, como aliás por parte dos Estados Unidos.

Um facto que é corroborado pela libertação — pelas autoridades da África do Sul — de mercenários que participaram na fracassada tentativa de invasão das Seichelles, em Novembro de 81. Actos que se inserem numa mesma perspectiva política. Nessa lógica que leva a falar de eleições em El Salvador, quando do que se trata é de tentar manter ainda um regime profundamente antipopular, exclusivamente assente no terror. Ou conduz à defesa do «direito» de ingerência em qualquer parte do mundo onde estejam ameaçados os interesses do grande capital, os interesses do imperialismo. A prática do terrorismo ao

nível internacional, em nome desses mesmos interesses.

Em recente entrevista ao semanário da RFA «Welt am Sonntag», a representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Kirkpatrick, afirmou: «A história recente mostra que os Estados Unidos só beneficiaram de uma relativa liberdade de acção na Ásia e na Europa por não se encontrarem ameaçados nessa altura nas suas próprias fronteiras». Referir-se-ia ao Vietnam, por exemplo? E de que fronteiras se trata? Da que passaria pelo «quintal» do imperialismo? Ou a que se ergue em todas as partes do mundo onde os «interesses vitais» da Casa Branca e do Pentágono se encontram ameaçados? Ou é da fronteira do Espaço que se fala? A lógica imperial de Washington vai já tão longe que por si própria se desmascara. Por isso os povos, um pouco por todo o mundo, vão afirmando, com a sua luta, que os «interesses vitais», a «democracia», os princípios da liberdade do capital, impostos pelas multinacionais e o FMI — não servem.